

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos

RELATÓRIO DE GESTÃO

EXERCÍCIO 2008

UJ 201008

**Secretaria de Planejamento e Investimentos
Estratégicos / MP (consolida informações sobre o
PROGER)**

1. Identificação

A Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI) é responsável pela administração do Programa **0802 - Gestão do Plano Plurianual e dos Orçamentos da União**, tendo como missão garantir a convergência da ação de governo, orientar a definição de prioridades e auxiliar na promoção do desenvolvimento sustentável, por meio da coordenação e elaboração de planos, estudos e projetos de médio e longo prazo e sua respectiva gestão estratégica.

Tabela 1 - Dados identificadores da unidade jurisdicionada

Nome Completo da Unidade e Sigla	Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos – SPI
CNPJ	00.489.828/0001-55
Natureza Jurídica	Órgão da Administração Direta do Poder Executivo
Vinculação Ministerial	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Endereço completo da sede	Esplanada dos Ministérios, Bloco K, 3º andar, Brasília-DF, CEP 70040-906
Endereço da página institucional na internet	www.planejamento.gov.br
Normativos de criação, definição de competências e estrutura organizacional, regimento interno ou estatuto da Unidade de que trata o Relatório de Gestão e respectiva data de publicação no diário oficial da união.	Norma de criação: Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003 e Decreto nº 5.433, de 25 de abril de 2005. Norma que estabelece a estrutura orgânica no período de gestão sob exame: Decreto nº 6.081, de 12 de abril de 2007. Regimento Interno da SPI: Portaria Ministerial nº 232, de 03 de agosto de 2005.
Código da UJ titular do relatório	201008 – Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos
Códigos das UJs abrangidas	Agrega a UJ 201028 – Projeto de Assistência Técnica para o Gerenciamento Fiscal e Financeiro - PROGER
Situação da unidade quanto ao funcionamento	em funcionamento
Função de governo predominante	Administração

Tipo de atividade	Fim
Unidades Gestoras utilizadas no SIAFI	UG Responsável - Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos – 201008 UG Projeto de Assistência Técnica para o Gerenciamento Fiscal e Financeiro – PROGER - 201028 UG Executora – Coordenação de Execução Orçamentária e Financeira - 201013

2. Objetivos e metas institucionais e / ou programáticos.

2.1. Responsabilidades Institucionais - Papel da unidade na execução das políticas públicas

A Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI) é órgão específico singular do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP), conforme estrutura regimental aprovada por meio do Decreto N°. 6.081/2007 que foi revigorado pelo Decreto N°. 6.222/2007. E, neste sentido, integra o Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal organizado e disciplinado pela Lei N°. 10.180/2001, na condição de unidade técnica que detém a missão voltada para as atividades de planejamento federal, sendo o “braço” referente ao planejamento do Órgão Central do referido Sistema (o MP), cujo outro “braço” é a Secretaria de Orçamento Federal – SOF.

A SPI tem como missão garantir a convergência da ação de governo, orientar a definição de prioridades e auxiliar na promoção do desenvolvimento sustentável, por meio da coordenação e elaboração de planos, estudos e projetos de médio e longo prazo e sua respectiva gestão estratégica.

O espaço político-institucional da SPI é representado por intermédio de suas competências na normatização, coordenação e desenvolvimento dos processos que sustentem a formatação das políticas públicas, entendidas como o conjunto de planos e programas de ações governamentais voltados à intervenção no domínio social, por meio dos quais são traçadas as diretrizes e metas a serem fomentadas pelo Estado, sobretudo na implementação dos objetivos e direitos fundamentais dispostos na Constituição Federal.

Neste contexto, o cenário de atuação da SPI é associado aos planos e programas de ação governamental visando coordenar os meios à disposição do Estado e as atividades privadas, para a realização de objetivos socialmente relevantes e politicamente determinados no médio e longo prazo.

O plano, como instrumento normativo, é estabelecido pela Constituição Federal no âmbito

dos instrumentos fundamentais para a viabilização do processo de planejamento que se configuram no Plano Plurianual (PPA); na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e na Lei Orçamentária Anual (LOA). O PPA por estabelecer, de forma regionalizada, as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública federal, é o principal instrumento de planejamento, por conseguinte, de mudança econômica e social com vistas ao desenvolvimento do País.

O PPA organiza a atuação governamental em programas, inserindo na administração pública a orientação do gasto para resultados na sociedade. Por essa razão, complementa a ótica da gestão das organizações, que se orientam pelas suas missões. Nesse sentido, a gestão por programas procura combinar as preocupações do gestor público com a qualidade, potencializada pela otimização da gestão organizacional, com a tendência do Estado contemporâneo em orientar sua atuação para resultados diretos na sociedade.

Nesse sentido, o Regimento Interno da SPI, instituído pela Portaria Ministerial nº 232, de 03 de agosto de 2005, alterada pela Portaria GM / MP nº 423/2008, em seu art. 1º, estabelece que tal Secretaria, subordinada diretamente ao Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, tem por finalidade:

- I - estabelecer diretrizes e normas para a elaboração e implementação do plano plurianual e dos programas que o compõem, bem como para o planejamento territorial;
- II - coordenar, orientar e supervisionar a elaboração e a gestão do plano plurianual e de projetos especiais de desenvolvimento;
- III - coordenar e orientar, em articulação com a Secretaria de Orçamento Federal e com o Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais, as atividades relativas a sistemas de informações para o planejamento, programação, desempenho físico, gestão de restrições e avaliação dos programas e ações do plano plurianual;
- IV - identificar, analisar e avaliar os investimentos estratégicos governamentais, suas fontes de financiamento e sua articulação com os investimentos privados, bem como prestar apoio gerencial e institucional à sua implementação;
- V - coordenar e orientar as atividades de acompanhamento, avaliação e revisão do gasto público, do Plano Plurianual e de projetos especiais de desenvolvimento;
- VI - desenvolver estudos com o objetivo de viabilizar fontes alternativas de recursos para financiar o desenvolvimento do País; e
- VII- desenvolver estudos com vistas à avaliação ambiental estratégica de agrupamento de investimentos.

Para a consecução dessas finalidades, é importante destacar algumas competências da SPI :

- I – coordenar as atividades de monitoramento de programas e suas respectivas ações, bem como de avaliação e de revisão anual do plano plurianual;
- II – coordenar a elaboração das metas e prioridades da Administração Pública Federal;
- III – coordenar o Sistema de Avaliação do plano plurianual;
- IV – subsidiar a elaboração da Mensagem Presidencial em conformidade com o previsto no

art. 84, inciso XI da Constituição Federal; e

V – manter e atualizar, em conjunto com a Secretaria de Orçamento Federal, o cadastro de Programas e Ações do Plano Plurianual e dos Orçamentos da União.

Tendo isso em vista, pode-se dizer que a principal responsabilidade da Secretaria é a coordenação do ciclo de gestão do PPA. Tal ciclo compreende os eventos que, integrados ao longo de quatro exercícios, promove as condições para viabilizar o alcance dos objetivos de governo. Os processos de elaboração da programação, avaliação e revisão constituem as peças básicas do ciclo de gestão da programação, sob a perspectiva de médio prazo. Já a execução físico-financeira e o monitoramento das ações e programas estão relacionados à programação examinada no horizonte de um exercício.

Para gerenciar as atividades contempladas no ciclo de gestão, além das responsabilidades inerentes à coordenação dos processos de elaboração, monitoramento, avaliação e revisão do PPA, a SPI também apoia técnica e administrativamente a Comissão de Monitoramento e Avaliação (CMA) do PPA 2008-2011, integrada por representantes do MP e de outros Órgãos do Poder Executivo. Ainda no âmbito da CMA, a SPI integra a Câmara Técnica de Monitoramento e Avaliação e a Câmara Técnica de Projetos de Grande Vulto, sendo que nesta última coordena o processo de avaliação da viabilidade técnica, socioeconômica e ambiental dos projetos de grande vulto do Governo Federal.

Com a finalidade de viabilizar a realização das atividades de planejamento das ações governamentais, no médio e longo prazo, a SPI é administradora de um dos sistemas estruturadores do Governo Federal, o Sistema de Informações Gerenciais de Planejamento (SIGPlan) que é o instrumento informatizado adotado para o processo de elaboração, monitoramento, avaliação e revisão dos programas do PPA, e tem a finalidade de ser o elo fundamental da rede de gerenciamento do Plano, por possibilitar a comunicação integrada entre os coordenadores de ação, os gerentes, as unidades setoriais e centrais de planejamento, a alta administração do Governo e a sociedade.

O SIGPlan foi concebido para apoiar a execução dos programas, permitindo o monitoramento em rede e refletindo as demais características do modelo de gestão: a orientação por resultados, o uso compartilhado de informações, como fundamentos para o enfoque prospectivo e a transparência para sociedade. O SIGPlan tem, dentre seus objetivos, permitir o registro do andamento físico e financeiro das ações do PPA, bem como das restrições enfrentadas pelos seus responsáveis diretos (coordenadores de ações e gerentes de programas), sendo que o registro e disseminação de informações dessa natureza subsidiam as intervenções gerenciais e estratégicas qualificadas, com vistas à maximização dos resultados dos programas.

Além dessas atividades mais diretamente ligadas ao ciclo de gestão do PPA, a SPI indica representantes para inúmeros Conselhos e Colegiados do Governo Federal, vinculados a diversas pastas ministeriais. Assume papel de destaque também em várias Comissões, Grupos de Trabalho e Iniciativas, dentre as quais gostaríamos de mencionar:

a) a Comissão de Financiamentos Externos – COFLEX: SPI se manifesta sobre a Recomendação (aprovando ou não) à preparação de Projetos visando a contratação de empréstimos externos junto a Organismos Financeiros Internacionais (Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, etc) apresentados por Órgãos e Entidades dos Governos Federal, estaduais, municipais e do Distrito Federal;

b) a Comissão Nacional de Cartografia – CONCAR: tal Comissão, composta por representantes de diversos Órgãos do Governo Federal tem, dentre outras, a atribuição de coordenar e executar a política cartográfica nacional, sendo que a SPI ocupa a presidência de tal Comissão;

c) o Fundo de Convergência Estrutural e o Fortalecimento da Estrutura Institucional do Mercosul (FOCEM): conforme previsto nos Artigos 17 e 18 de seu Regulamento (Decreto nº 5.985, de 13 de Dezembro de 2006), a SPI, na condição de Unidade Técnica Nacional (UTNF/Brasil) do FOCEM, tem a função de coordenar, internamente, os aspectos relacionados com a formulação, apresentação, avaliação e execução dos projetos financiados por este fundo; e

d) a Iniciativa de Integração da Infraestrutura Regional da América do Sul – IIRSA: a SPI atua como a Secretaria-Executiva da Comissão Interministerial da IIRSA no Brasil (Decreto s/ nº, de 17 de setembro de 2001), acompanhando as atividades dos demais ministérios brasileiros nessa Iniciativa, bem como o andamento da carteira de projetos de infraestrutura definida para a IIRSA.

Cabe ainda ressaltar o papel executado pela SPI no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC. O PAC é coordenado pelo Comitê Gestor do PAC (CGPAC), composto pelos ministros da Casa Civil, da Fazenda e do Planejamento. Há também o Grupo Executivo do PAC (GEPAC), integrado pela Subchefia de Articulação e Monitoramento - SAM (Casa Civil), Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos - SPI e Secretaria de Orçamento Federal - SOF (Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão) e Secretaria do Tesouro Nacional - STN (Ministério da Fazenda), além das salas de situação que reúnem os órgãos setoriais envolvidos com a execução dos empreendimentos.

A participação da SPI na gestão do PAC compreende sua atuação no GEPAC, que consolida as ações, estabelece metas e acompanha os resultados de implementação e execução do PAC nas salas de situação, onde são feitos o acompanhamento da implementação detalhada dos empreendimentos. No exercício de 2008, a atuação da SPI concentrou-se no processamento dos cadastros dos empreendimentos, no desenvolvimento do SisPAC e na consolidação de dados de execução orçamentário-financeiros das ações do PAC presentes nos orçamentos fiscal e da seguridade social. A SPI também elabora um Boletim interno de monitoramento do PAC.

Nesse sentido, além do PAC, a SPI vem concentrando esforços no acompanhamento das questões estratégicas para o planejamento do Governo Federal. Iniciado em 2008, está em curso a produção de boletim de monitoramento do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, uma das três agenda principais do Governo, ao lado do PAC e da Agenda Social. Além disso, a avaliação do PPA 2004 – 2007, elaborada também em 2008, enfatizou o nível estratégico do PPA, avaliando a estratégia de desenvolvimento baseada no “Consumo de Massa” da população.

Informamos ainda que, no exercício de 2008, com a publicação do “*Estudo da Dimensão Territorial para o Planejamento*”, a SPI atribuiu grande importância à questão do **Planejamento Territorial** nas políticas públicas. E a tendência é de que tal importância cresça cada vez mais, uma vez que considerar a diversidade territorial no processo de elaboração e execução das políticas públicas é um dos grandes desafios que estão postos para a Secretaria.

Para a execução de todas as atividades relacionadas acima, a SPI gerencia o programa 0802 – Gestão do Plano Plurianual e dos Orçamentos da União - do PPA, o qual tem como objetivo gerir o Plano Plurianual e os orçamentos da União de forma integrada e articulada e com a participação da sociedade civil organizada, buscando a co-responsabilidade, a transparência e a melhoria da qualidade do gasto público. Maior detalhamento sobre o programa e as ações que o compõem, de responsabilidade da SPI (o referido Programa também é integrado por ações que são da responsabilidade da Secretaria de Orçamento Federal - SOF), será fornecido na seção 2.3.

Adiantando, informamos que compõem o Programa 0802 as seguintes ações executadas pela SPI (Portaria nº 364, de 02 de dezembro de 2008):

- 1) 4505 – Monitoramento, Avaliação e Revisão do Plano Plurianual;
- 2) 10ZY – Implantação do Cadastro Geral de Obras públicas da União;
- 3) 4254 - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento do Plano Plurianual - SIGPLAN;
- 4) 1593 – Estudo para Aperfeiçoamento do Modelo de Gestão do Plano Plurianual – PROGER;
- 5) 2A39 – Avaliação de Viabilidade Técnica e Socioeconômica de Projetos;
- 6) 8785 - Gestão e Coordenação do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC; e
- 7) 8864 – Estudos de Apoio ao Planejamento.
- 8) 110K - Desenvolvimento do Novo Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento e do SISPAC no DF (de acordo com o SIGPlan, a SPI também foi responsável por esta ação em 2008, na medida em que esteve a frente do desenvolvimento do SISPAC).

2.2. Estratégia de Atuação da Unidade na Execução das políticas públicas.

O PPA é o instrumento de planejamento de médio prazo que organiza a atuação do governo de forma a convergir para os objetivos almejados pela sociedade. Para tanto, o MP, por intermédio da SPI, coordena a gestão dos processos da elaboração, do monitoramento, da avaliação e da revisão do Plano.

Nesse contexto, a Presidência da República, em conjunto com o MP e demais órgãos do Poder Executivo, orienta e coordena a gestão estratégica do processo de planejamento. Com a premissa de explicitar os aspectos setoriais e multissetoriais da ação governamental, o MP estabelece as diretrizes para que os ministérios definam seus objetivos setoriais e programas que reflitam as prioridades e orientações do Governo Federal.

Cabe então ao MP conduzir a articulação necessária para garantir a consistência em todos os níveis de atuação da administração pública, inclusive no que diz respeito à

integração com as outras esferas de governo e a participação da sociedade civil no âmbito do Plano Plurianual, esta última em consonância com a Secretaria Geral da Presidência da República. Os órgãos setoriais do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal exercem sua função incorporando as unidades de planejamento das entidades vinculadas aos Ministérios (Autarquias, Fundações e Empresas Públicas).

Esta organização formal, para o alcance de seus objetivos, necessita articular de maneira eficiente funções estratégicas nos órgãos e entidades da administração pública, e para tal, deve estabelecer uma distinção efetiva entre o suporte estratégico, baseado no desenvolvimento e utilização de conceitos e ferramentas de gestão, e o suporte operacional sistêmico, relacionado aos serviços de logística, administração de recursos e de execução financeira.

Tendo em vista que a SPI, na condição de “braço” do Órgão Central do Sistema de Planejamento e Orçamento Federal (o MP), coordena a gestão dos processos da elaboração, do monitoramento, da avaliação e da revisão do Plano, elencamos abaixo as principais iniciativas da Secretaria que espelham a sua estratégia de atuação na execução das políticas públicas, ressaltando as prioridades definidas pela Unidade em 2008, donde podemos destacar o desafio da incorporação da dimensão territorial no planejamento federal, a avaliação da estratégia de desenvolvimento constante do PPA 2004-2008 (estratégia de 'Consumo de Massa'), e o acompanhamento das principais agendas do Governo, sobretudo, do PAC. Adicionalmente, também mencionaremos a participação da SPI em vários dos colegiados em que participa.

Neste item, para a apresentação das atividades, faremos a segmentação de acordo com a estrutura da SPI, no nível de Departamento (a realização por ações constará do item 2.3.2). A esse respeito, cabe esclarecer que a SPI desenvolve suas atividades por meio de sua Secretaria-Adjunta e de seus departamentos: Departamento de Gestão do Plano Plurianual; Departamento de Planejamento de Programas Sociais – DESOC; Departamento de Planejamento de Programas Econômicos e Especiais – DPPEE; e Departamento de Planejamento de Programas de Infra-Estrutura – DINFE. Seguem abaixo as principais atividades e resultados alcançados no exercício de 2008.

DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO DE PROGRAMAS ECONÔMICOS E ESPECIAIS – DPPEE (Atividades Desenvolvidas)

- Participação na elaboração e na alocação de recursos do Plano de Desenvolvimento Sustentável da Aqüicultura e Pesca 2008-2011, levando-se em consideração o estudo da dimensão territorial;
- Participação do Grupo coordenado pela Casa Civil que elaborou a alteração da Lei dos Cultivares;
- Participação na coordenação da fase final da elaboração do Programa de Fortalecimento e Crescimento da Embrapa – PAC Embrapa, levando-se em consideração a metodologia utilizada no Plano de Aceleração do Crescimento do Governo Federal e o estudo da dimensão territorial;

- Participação nas Oficinas de avaliação da execução dos programas do MAPA, realizadas no segundo semestre com o objetivo de minimizar os riscos e elaborar pré-documento para subsidiar os relatórios de final de ano;
- Participação nas Reuniões do Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca – CONAPE, contando com a participação de pescadores, aqüicultores, empresários, trabalhadores da indústria da pesca, pesquisadores e gestores públicos que integram o Conselho. Na ocasião foram tratados os seguintes assuntos: acompanhamento das políticas públicas para o desenvolvimento do setor no país, apresentação dos trabalhos dos comitês temáticos, e o Plano de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e Pesca 2008-2011;
- Participação nas reuniões do Conselho Deliberativo da Política do Café, da Câmara Temática de Financiamento e Seguro do Agronegócio;
- Na área ambiental, houve importante participação da SPI, representando o Ministério do Planejamento, em instâncias colegiadas do MMA e de grupos de trabalho da Casa Civil, destacando-se os trabalhos na Comissão Nacional de Biodiversidade – Conabio; Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH; Comissão de Gestão de Florestas Públicas – CGFLOP; Comissão Nacional de Florestas – Cenaflo; Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, Comissão Executiva do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal – PPCDAM, Conselho Gestor Nacional do PROAMBIENTE, Comissão Coordenadora do Zoneamento Ecológico-Econômico do Território Nacional CCZEE, Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Brasileira – CPDS;
- Por solicitação da Casa Civil e do MMA, a SPI participou ativamente da Coordenação da oficina de validação do Plano de Prevenção, Controle do Desmatamento da Amazônia – PPCDAM, sendo que na ocasião foi utilizada a metodologia aplicada nas oficinas do modelo lógico dos programas do PPA;
- Aplicação do modelo lógico ao programa Ciência, Tecnologia e Inovação para a Amazônia – o modelo lógico foi aplicado para a avaliação da criação de um novo programa no PPA que aborde o problema da reduzida produção, difusão e utilização de conhecimento e tecnologias na Amazônia, suas causas, conseqüências e ações necessárias para ampliar e consolidar o sistema de CT&I na Amazônia legal para promover a conservação ambiental e o desenvolvimento sustentável. Esse programa, de enfoque no planejamento territorial, contou com importante presença dos secretários estaduais de Ciência e Tecnologia da região. Foi identificada a necessidade de criação de um Fórum permanente de discussão para eleger os temas relevantes;
- Participação no Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima – CIM e de seu Grupo Executivo – GEx, colaborando na elaboração do Projeto de Lei que institui a Política Nacional sobre Mudanças do Clima, enviado ao Congresso em junho de 2008, do Projeto de Lei que cria o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (FNMC), enviado ao Congresso em julho de 2008, e do Plano Nacional sobre Mudança do Clima, lançado em novembro de 2008;
- Participação no Conselho Superior da Agência Espacial Brasileira;

- Participação no Grupo de Trabalho que visa dar continuidade ao processo de implementação do Projeto Satélite Geoestacionário Brasileiro – SGB;
- Participação na Comissão de Coordenação das Atividades de Meteorologia, Climatologia e Hidrologia – CMCH;
- Participação no Grupo de Trabalho para viabilizar as ações de governo de implantação do Alcantara Cyclone Space para assegurar o primeiro lançamento do Cyclone-4 até julho de 2010;
- Participação no Fórum IPEA de Mudanças Climáticas, maio de 2008, Brasília, DF;
- Participação no VII Encontro Nacional da Inovação Tecnológica – Avaliação de Políticas Públicas, realizado pela Protec – Pró-Inovação Tecnológica e pela Rede de Entidades Tecnológicas Setoriais – RETS, em setembro de 2008;
- Participação no Seminário Cultura Empresarial e Estratégias de Inovação, com a apresentação dos trabalhos recentemente desenvolvidos pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), março de 2008, Brasília – DF;
- Participação na VIII Conferência da ANPEI de Inovação Tecnológica: “Estruturando e gerindo a inovação tecnológica nas empresas”, maio de 2008, Belo Horizonte, Minas Gerais;
- Participação na reunião setorial com representantes da indústria de transformação e de construção, dentro do Projeto “Diálogos Setoriais: Contribuições à Construção do Plano Nacional sobre Mudança do Clima”, organizada pelo Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas em julho de 2008;
- Elaboração de nota técnica com manifestação sobre as recomendações constantes no Relatório Final nº 2 da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas do Congresso Nacional, destinada a acompanhar, monitorar e fiscalizar as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil, em setembro de 2008;
- Elaboração de nota técnica com manifestação sobre proposta de Decreto que regulamenta a Lei nº 11.540, de 12 de novembro de 2007, que dispõe sobre o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT, em setembro de 2008;
- Elaboração de versão preliminar do projeto “Mudanças Climáticas: Modelo de Monitoramento dos Fatores de Risco Associados a Políticas e Programas de Governo”, a ser realizado em parceria com a Embaixada Britânica;
- Participação no I Curso de Avaliação de Projetos de Competitividade e Desenvolvimento”, organizado pela SPI com o Instituto Latino Americano e do Caribe de Planejamento Econômico e Social da CEPAL em julho de 2008, Brasília, DF;
- Participação do Workshop realizado pela Secretaria de Aviação Civil e a Comissão Técnica de Coordenação das Atividades Aéreas - COTAER (instância técnica do Conselho de Aviação Civil - CONAC), nos dias 7 e 8 de junho de 2008, na Escola

Superior de Guerra (ESG) - RJ, cujo intuito foi a discussão e o aprimoramento do Projeto da Política Nacional de Aviação Civil (PNAC). Nossas contribuições foram em duas oficinas, uma de Infra-Estrutura Aeroportuária e Planejamento e outra de Regulação de Serviços Aéreos. Ressalto que a PNAC foi deliberada na última reunião do CONAC, de 02/dezembro/2008, com a participação do Ministro do Planejamento;

- Viagem institucional à Amazônia para Autoridades do Poder Executivo Federal, realizada de 22 a 27 de setembro de 2008, através da qual foi apresentado o grande trabalho feito pelo Exército Brasileiro na Região Amazônica e nas regiões de fronteira ao Norte do Brasil. Resumidamente, fomos: ao Centro de Instrução de Guerra na Selva (CIGS) de Manaus; à São Gabriel da Cachoeira; ao 5º Pelotão Especial de Fronteira em Maturacá (fronteira com a Venezuela); ao 2º Pelotão Especial de Fronteira em Querari (fronteira com a Colômbia); e a outras instituições/organizações civis e militares de Manaus;

- Participação, também junto à Casa Civil, no Grupo de Trabalho para a discussão sobre as alternativas de financiamento da construção do Terminal de Passageiros do Aeroporto de São Gonçalo do Amarante-RN. Participação nas Salas de Situação de Aeroportos.

DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO DE PROGRAMAS DE INFRA-ESTRUTURA – DINFE

Planejamento Territorial

Em 2007, foi concluído o *Estudo da Dimensão Territorial do PPA*, elaborado a partir do contrato celebrado entre o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP e o Centro de Gestão de Estudos Estratégicos (CGEE).

O Estudo teve por objetivo introduzir na administração federal uma abordagem inovadora de planejamento em que o território é visto como unidade de programação e articulação da ação governamental.

Para tanto, o Estudo provê como insumos: vinte e dois estudos prospectivos (setoriais e temáticos) no horizonte temporal de 2027; a regionalização do País em duas escalas, macro e sub-regional, com a indicação de espaços territoriais prioritários para a construção de um país policêntrico (pólos de desenvolvimento); uma carteira de investimentos para o período 2008-2027; um modelo de simulação dos impactos sócio-econômicos de investimentos em base territorial; uma metodologia de avaliação de sustentabilidade de investimentos; e uma base de dados georreferenciada, contendo os dados e as informações utilizadas e produzidas no âmbito do Estudo.

Em 2008, os esforços estiveram concentrados na publicação do estudo e na sua divulgação. No âmbito da publicação, foram editorados sete volumes organizados em um estojo único, sendo o primeiro, um sumário executivo destacando os principais pontos retratados no estudo e os demais volumes, um compilado dos resultados do trabalho desenvolvido em cada um dos módulos em que o estudo foi organizado.

A SPI realizou entre os dias 11 e 13 de novembro de 2008 o Seminário Internacional de Planejamento Territorial no Brasil, que contou com a presença do Presidente da República

em Exercício, José Alencar Gomes da Silva, para o lançamento oficial da publicação do Estudo da Dimensão Territorial para o Planejamento.

Por meio de destaque orçamentário, a Gráfica do IBGE Rio de Janeiro confeccionou 1000 exemplares do Estudo da Dimensão Territorial para o Planejamento, que é composto por um Box contendo sete volumes configurados da seguinte maneira: Volume I: Sumário Executivo; Volume II: Visão Estratégica Nacional; Volume III: Regiões de Referência; Volume IV: Estudos Prospectivos – Escolhas Estratégicas; Volume V: Carteira de Investimentos; Volume VI: Impactos Econômicos da Carteira de Investimentos; e Volume VII: Avaliação de Sustentabilidade da Carteira de Investimentos.

O Apoio Logístico da SPI teve participação relevante nos acordos iniciais para a impressão do Estudo junto ao IBGE, assim como no acompanhamento dos trabalhos, acondicionamento e distribuição dos volumes.

O Seminário foi organizado em sete painéis. Em cinco deles, as temáticas refletiam os módulos do Estudo. Dois trataram de políticas públicas: o painel 3, sobre “Os Territórios da Cidadania”, e o painel 7, sobre as obras de infra-estrutura de transportes no PAC e seus impactos para a integração sul-americana. As palestras foram realizadas por pesquisadores brasileiros diretamente ligados à produção do Estudo, realizado pela SPI, em parceria com o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos – CGEE, organização social supervisionada pelo Ministério da Ciência e Tecnologia; por especialistas internacionais, como o professor Geoffrey Hewings, da Universidade de Illinois, dos Estados Unidos, o professor Mark Horridge, da Universidade Monash, da Austrália, e Juan Carlos Ramirez, Diretor do ILPES/CEPAL; por autoridades do Governo Federal; e por representantes da IIRSA.

O seminário, que foi realizado no Grand Bittar Hotel, teve aceitação de público bem maior que a esperada, chegando a ser necessário colocar 30% a mais de cadeiras à disposição, a fim de acomodar os interessados. Prestigiaram o evento alguns prefeitos, secretários estaduais de planejamento e de administração e representantes municipais.

Integração da Infra-Estrutura Regional Sul Americana (IIRSA)

No âmbito da Integração da Infra-estrutura Regional Sul-Americana – IIRSA, que envolve os doze países da América do Sul, e cuja coordenação nacional é exercida pela SPI na condição de Secretaria-Executiva da Comissão Interministerial da IIRSA, foram realizadas várias reuniões dos Grupos de Trabalho, de onde podemos destacar a do Grupo Técnico Executivo dos eixos da Hidrovia Paraguai – Paraná, de Capricórnio e do Mercosul – Chile, em junho de 2008, em Assunção / Paraguai, e a do Projeto de Acordo de Roaming Sul – Americano, em Novembro, em Bogotá. Podemos destacar ainda a Oficina de Casos Exitosos em Novembro, em Bogotá, sendo essa uma iniciativa de disseminação de alguns projetos que deram certo nos países da Região e que poderiam servir como modelo para as demais nações. Nessa Oficina, foram apresentados os seguintes projetos brasileiros: Plano Nacional da Logística de Transportes – PNLT; Programa de Concessão de Rodovias; CENSIPAM; e Exportações por Envios Postais de Pequenas e Médias Empresas. Além disso, foi realizado o Fórum de Liderança de Infra-Estrutura da América do Sul, que tinha como um de seus objetivos a apresentação de projetos visando à captação de recursos para os respectivos empreendimentos, realizado em Cartagena / Colômbia, em dezembro deste ano. Ocorreram ainda 2 reuniões de Coordenadores Nacionais, em Junho em Buenos Aires e Novembro em Bogotá, além da Reunião do

Comitê de Direção Executiva, em Dezembro, em Cartagena. Essas três últimas reuniões tiveram como ponto principal analisar o futuro da IIRSA, tendo em vista a criação da União das Nações Sul – Americanas - UNASUL, sendo feita uma Avaliação da própria IIRSA e de sua relação com a UNASUL.

Ademais, foi concedida especial atenção ao gerenciamento estratégico dos 31 projetos integrantes da Agenda de Implementação Consensuada – AIC, sendo que o Governo brasileiro considera que um dos objetivos da IIRSA até 2010 deve ser envidar esforços visando à conclusão de tais projetos.

Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul (FOCEM)

O Fundo para a Convergência Estrutural e o Fortalecimento da Estrutura Institucional do Mercosul (Focem) foi criado em dezembro de 2004 e estabelecido em junho de 2005. Seu objetivo é financiar projetos para melhorar a infra-estrutura das economias menores e regiões menos desenvolvidas do Mercosul, incentivar a competitividade produtiva do bloco, promover a coesão social, em especial nas 31 regiões de fronteira, e apoiar o funcionamento da estrutura institucional e o fortalecimento do processo de integração regional.

A SPI está envolvida nos assuntos do Focem desde o início da redação do regimento do Fundo. Atualmente, a Secretaria vem participando do Grupo Ad-Hoc de Especialistas (GAHE) do Focem, além de exercer o papel de Unidade Técnica Nacional (UTNF). No ano de 2008, foram realizadas quatro reuniões do GAHE, nas quais foram aprovadas, pelos países-membros do Mercosul, 5 projetos para financiamento com recursos do Focem e iniciada a execução de outros 6 projetos. A SPI mobilizou seus técnicos para a avaliação de tais projetos, à maneira do que faz em relação aos projetos de grande vulto do Governo Federal.

Projetos de Grande Vulto

A análise de viabilidade de projetos de grande vulto insere-se no esforço do Governo Federal de melhoria do gasto público. A iniciativa tem por finalidade evitar o desperdício de recursos e aumentar a eficácia na provisão de bens e serviços à sociedade.

Dentre outras atribuições específicas, a Comissão de Monitoramento e Avaliação do Plano Plurianual (CMA), subsidiada pela Câmara Técnica de Projetos de Grande Vulto CTPGV, define os critérios de análise de projetos de grande vulto e examina a viabilidade técnica, socioeconômica e ambiental estratégica de tais projetos, previamente ao início da execução dos mesmos.

Sob o mesmo enfoque, visando aprimorar a qualidade das análises, em parceria com o Instituto Latino-americano e do Caribe de Planejamento Econômico e Social (Ilpes), da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), foram realizados seis cursos de capacitação em Análise de Viabilidade Técnica e Socioeconômica de Projetos Públicos, nas áreas de infra-estrutura social, programas sociais, recursos hídricos, competitividade e desenvolvimento, habitação e educação, dando continuidade ao processo de capacitação em avaliação de projetos iniciado em 2006. Participaram desse treinamento 85 técnicos, dentre os quais, sete provenientes de unidades exteriores ao

Brasil - três funcionários da UTNF da Argentina e quatro da Unidade Técnica FOCEM da Secretaria do Mercosul (UTF/SM). Já dentre os órgãos nacionais, os cursos contaram com a participação de representantes de órgãos centrais (Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão e Fazenda) e de diversas Unidades Setoriais (Ministérios da Cultura, da Ciência e Tecnologia, das Cidades, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, da Educação, da Integração Nacional, do Turismo, entre outros).

Da mesma forma, também como uma iniciativa que promove a melhoria contínua, em 2006 a SPI firmou protocolo de intenções com o Departamento de Engenharia e Construções (DEC), do Comando do Exército, do Ministério da Defesa. Tal acordo tem por finalidade estabelecer e regular o intercâmbio para a realização de estudos e pesquisas em temas de interesse comum. Assim, ao final de 2008, estavam em fase de conclusão os manuais específicos de apresentação e de apreciação de estudos de viabilidade técnica e socioeconômica de projetos de grande vulto da área de transportes, para os setores rodoviário, ferroviário e aquaviário.

Outras Atividades

Curso de Avaliação de Grandes Projetos Públicos de Transportes. Realização de curso em parceria com o ILPES/CEPAL, com objetivo de aprimoramento do conhecimento dos profissionais que trabalham com avaliação ex-ante de grandes projetos públicos de transportes, visando aprimorar a ação de governo, na busca pela qualidade do gasto, aperfeiçoando o processo decisório, incrementando a eficiência do investimento e evitando a dispersão e o desperdício dos recursos públicos.

Estudo de Avaliação da Malha Rodoviária Federal. Os serviços realizados pela TRANSPLAN – Planejamento e Projetos S.A. foram contratados pelo PNUD, para a SPI, envolvendo o Desenvolvimento do Plano Metodológico de Trabalho, Diagnóstico da Malha Rodoviária Federal, Estabelecimento de Prioridades de Intervenção, Estudos de Pré-Viabilidade e Banco de Dados. O Desenvolvimento do Plano Metodológico de Trabalho envolveu o detalhamento da metodologia proposta e sua discussão com técnicos da SPI/MP, de forma a assegurar o perfeito entendimento dos termos de referência e dos resultados esperados. O Diagnóstico da Malha Rodoviária Federal consistiu no levantamento dos elementos suficientes para definir uma estratégia de financiamento da manutenção da malha rodoviária federal, considerando as principais fontes de recursos públicos e privados: concessão, parceria público-privada (PPP), contrato de manutenção por desempenho, execução direta pelo poder público. O Estabelecimento de Prioridades de Intervenção consistiu em obter o indicador B/C de cada empreendimento, onde B representa os benefícios de se efetuarem as intervenções de manutenção (redução do custo operacional de veículos e do tempo de viagem) e C representa os correspondentes custos de manutenção. Os cem empreendimentos com maior relação B/C foram considerados prioritários em termos de investimento em manutenção. Os Estudos de Pré-Viabilidade enfocaram os 100 (cem) empreendimentos prioritários, os quais foram submetidos à avaliação econômica e à avaliação financeira de concessão e PPP. Por fim, foi desenvolvido um Banco de Dados em Access, com o objetivo de reunir os dados básicos utilizados no Estudo, bem como as consultas e relatórios elaborados com base nestes dados.

Estudo da Infra-Estrutura Portuária Nacional de Apoio ao Comércio Exterior. O MP, a Secretaria Especial de Portos da Presidência da República e o Exército Brasileiro, por intermédio do Centro de Excelência em Engenharia de Transportes (CENTRAN), estão em vias de finalização dos produtos da primeira etapa e deram início à segunda fase deste estudo que irá subsidiar a tomada de decisões sobre os investimentos necessários ao desenvolvimento da infra-estrutura e ao aumento da eficiência dos serviços de transporte nos portos nacionais. Os produtos concluídos ou em fase de conclusão se referem à *caracterização dos eixos estruturantes de comércio exterior, perfil da frota mercante, identificação dos estudos ambientais existentes, hierarquização das unidades portuárias, identificação dos principais portos concentradores de carga e análise dos procedimentos para obtenção de licenças ambientais, formas de gestão e desembarço de cargas*. Em 2009, o estudo completo será publicado, após o desenvolvimento da segunda etapa, com a incorporação de novos produtos e a definição de um rol de investimentos.

DEPARTAMENTO DE GESTÃO DO PLANO PLURIANUAL (ATIVIDADES)

Monitoramento e Avaliação

O Departamento de Gestão do Plano Plurianual é responsável, dentre outras atividades, pela coordenação dos processos de monitoramento e avaliação do PPA. As atividades realizadas no âmbito desses 2 processos estão detalhadas na seção 2.3.2, quando tratamos da execução da ação 4505 - “Monitoramento, Avaliação e Revisão do Plano Plurianual”.

Sanção e Vetos do PPA 2008/2011

Em 2008 foi realizado o processo de sanção e vetos da lei do Plano Plurianual 2008-2011. Foram vetados dois programas e 163 ações. As ações vetadas eram originárias de emendamento realizado pelo Congresso Nacional onde havia insuficiência de recursos alocados para cobrir os custos e assegurar a conclusão dos projetos dentro dos prazos estipulados no Plano Plurianual 2008-2011, em continuidade a um processo de melhoria da qualidade dos projetos iniciado na elaboração do Plano pelo Executivo. Os programas vetados o foram para evitar sobreposição com outros já existentes, o que levaria à pulverização da alocação de recursos e dificuldades de coordenação da ação de governo.

Definição das Metas e Prioridades para o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2009 – PLDO 2009

A SPI, em conjunto com a Secretaria de Orçamento Federal – SOF, coordenou o processo de elaboração do Anexo de Metas e Prioridades da LDO/2009. Buscou-se recuperar o espírito da Constituição Federal de 1988 quanto ao papel das leis de diretrizes orçamentárias, qual seja, o de orientar a elaboração das leis orçamentárias anuais quanto às prioridades de governo para o exercício subsequente, estabelecidas a partir do plano plurianual vigente. Nesse sentido, foi implementado um processo de definição das metas e prioridades que partiu das três agendas prioritárias de governo estabelecidas no Plano Plurianual 2008-2011 (PAC, Agenda Social e PDE).

Acompanhamento da Alocação de Recursos no Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2009 – PLOA 2009

Dando continuidade ao esforço de valorização do plano plurianual como instrumento orientador da alocação de recursos no curto prazo, foi realizado um acompanhamento do processo de alocação de recursos no PLOA 2009 que buscava observar se as metas e prioridades estabelecidas na LDO 2009 foram observadas na elaboração do orçamento, com alocação de recursos suficiente para atender as metas físicas estabelecidas no anexo de metas e prioridades.

Em continuidade à busca de uma maior conclusividade dos projetos executados pelo Governo Federal, também foi objeto de acompanhamento se a alocação do PLOA 2009 era adequada ao bom andamento dos projetos, para o que foi usado como parâmetro o referencial monetário estabelecido no PPA 2008-2011 para o exercício de 2009, considerado um bom balizador, pois consistente com uma alocação mínima de 60% do custo total no período do Plano no caso dos projetos com origem no Executivo e de 30% para os com origem no Legislativo. Na análise foram enfatizados os projetos cujo custo total era superior a R\$ 50 milhões.

Os casos em que a alocação observada no PLOA 2009 foi identificada como inadequadas sob a ótica dos critérios adotados foram reportados à SOF como subsídio para adequações.

Vale destacar que foi a primeira vez que tal esforço foi empreendido, sendo ainda necessário aprimorar tanto os procedimentos de análise por parte da SPI como a comunicação e negociação das correções na alocação de recursos junto à SOF.

Discussão do Processo de Revisão do Plano Plurianual 2008/2011 e de alterações na estrutura do mesmo

Ao longo de 2008 também foram realizadas as discussões para estruturação do processo de revisão do PPA 2008/2011. As discussões acabaram por apontar para a necessidade de adequação da própria estrutura do Plano, em um movimento em processo de negociação com a SOF.

Elaboração do PLOA 2009

Em 2008, a SPI participou da elaboração do PLOA 2009. A análise da proposta dos órgãos setoriais se concentrou na observância às restrições impostas pela ausência de Revisão do PPA 2008-2011 nesse ano. Dessa forma, a proposta setorial deveria se restringir a ações de caráter anual e alterações de título, produto e unidade de medida de ações já presentes no PPA.

Incorporação da dimensão territorial na gestão do Plano

Em 2007 foi concluído o Estudo da Dimensão Territorial do PPA, elaborado a partir do contrato celebrado entre o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP e o Centro de Gestão de Estudos Estratégicos (CGEE).

O Estudo teve por objetivo introduzir na administração federal uma abordagem inovadora de planejamento em que o território é visto como unidade de programação e articulação

da ação governamental.

Durante o ano de 2008 o Ministério do Planejamento promoveu a divulgação dos resultados do Estudo, assim como encabeçou uma série de discussões voltadas à inserção da dimensão territorial no processo e nos instrumentos de planejamento públicos, aprimorando a qualidade do gasto e renovando os esforços para a discussão da relação federativa e da participação social. Esse processo representa um avanço na forma como o território é considerado na formulação das políticas públicas, na medida em que capta com mais acuidade os desafios e potencialidades, considerando as heterogeneidades e anseios das diversas regiões do país, contribuindo para o desenvolvimento sustentável mais equilibrado de todo o território nacional.

Outro aspecto importante a destacar se refere à Lei do PPA 2008-2011 que prevê em seu artigo 18 a necessidade de apresentação de dados de execução, de forma regionalizada, já a partir de 2009. Para a implementação, ainda resta a publicação de portaria contemplando a regulamentação que está prevista para o ano de 2009.

BASE OPERACIONAL PARA ELABORAÇÃO DO PLOA 2009

O levantamento de requisitos para a preparação do SIGPlan – Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento – deu início ao processo de Elaboração do PLOA 2009, que resultou na preparação do módulo qualitativo para captar as informações da proposta orçamentária dos órgãos.

Para apoiar os atores envolvidos na elaboração do PLOA 2009 (analistas e técnicos do Ministério do Planejamento, Secretários-Executivos, representantes das Secretarias de Planejamento, Orçamento e Administração), foram realizadas palestras para a divulgação do processo.

Como instrumento de apoio à elaboração da proposta qualitativa para o PLOA 2009, os órgãos setoriais receberam um espelho com a programação final do PPA 2008-2011. Os analistas SPI, por sua vez, receberam orientações específicas para verificação de consistência na proposta setorial.

Após a análise e validação das propostas setoriais, os analistas inseriram as informações no SIGPlan, onde foram realizadas apurações especiais para verificação da consistência da proposta. Fechada a fase qualitativa, procedeu-se à transmissão da programação do SIGPlan para o SIDOR, onde foi iniciada a captação da proposta quantitativa dos órgãos.

Ainda durante a fase Quantitativa, acertos pontuais na programação qualitativa foram incorporados via SIDOR-GUI, com a colaboração da equipe do DEGET/SOF. Informalmente conhecido como Qualitativo no Quantitativo, o referido momento contemplou, principalmente, as propostas que não tiveram a tempestividade necessária para seguir o rito qualitativo tradicional.

O encerramento da fase quantitativa deu início ao processo de retorno das informações para o SIGPlan, que fariam parte da base de partida da Revisão do PPA em 2009.

Ao longo de todo o ano de 2008, houve especial atenção à compatibilização de créditos especiais plurianuais com o conteúdo PPA 2008-2011 – conforme disposto no art. 15, §5º da Lei nº 11.653/2008. Este trabalho consistiu no acompanhamento e análise dos créditos, solicitação de informações junto aos órgãos setoriais e analistas e a produção do anexo com as informações da plurianualidade para envio junto ao projeto de lei de crédito.

A atualização do Cadastro de Ações foi outro procedimento realizado durante o ano. Em atenção ao dispositivo da LDO que prevê a publicação do cadastro atualizado de ações no prazo de até 60 dias após a aprovação da LOA, foi coordenado processo, com a participação de analistas SOF, SPI e a colaboração dos órgãos setoriais, no sentido de corrigir e melhorar informações cadastrais. O referido processo foi concluído com a publicação do cadastro de ações 2008 pela SOF no prazo legal estabelecido.

Outra exigência legal para 2008 diz respeito à publicação do texto do PPA atualizado e seus anexos, conforme o disposto no art. 16, §1º da Lei nº 11.653/2008. O PPA vigente - nome pelo qual o documento é informalmente conhecido - foi publicado no sítio www.sigplan.gov.br com os programas e ações detalhadas dentro do prazo legal (90 dias da publicação da lei orçamentária 2008).

MODELO LÓGICO DE PROGRAMAS DO PPA

No âmbito de uma política governamental, uma boa estratégia de gestão requer um olhar contínuo sobre a eficiência e a efetividade da ação pública, o que inclui análise do desenho, revisão e avaliação das prioridades e objetivos e aferição da qualidade do serviço ou bem fornecido ao cidadão. O processo de Modelo Lógico tem contribuído para aperfeiçoar a ação pública na busca de resultados compatíveis com as demandas da sociedade ao aprofundar a análise da ação pública, verificando a relevância da continuidade dos programas; o alcance efetivo dos objetivos dos programas; e, a eficiência e o custo-benefício da efetividade dos programas, comparando alternativas.

No Exercício de 2008 foram realizadas 38 oficinas (23 oficinas no primeiro semestre e 15 oficinas no segundo semestre) em 17 órgãos. As oficinas contaram com a participação de 434 pessoas. Maiores detalhes sobre as atividades relacionadas ao Modelo Lógico estão apresentados na seção 2.3.2., quando tratamos da ação 4505.

DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO DE PROGRAMAS SOCIAIS – DPPS (ATIVIDADES)

Compete ao Departamento de Planejamento de Programas Sociais - DPPS orientar, coordenar e supervisionar a elaboração, o acompanhamento e a avaliação dos programas da área social, assim como desenvolver estudos e projetos que contribuam para a obtenção de resultados e melhoria da sua gestão.

Neste sentido, a equipe do DPPS procura manter estreito relacionamento com os Órgãos Setoriais, por meio dos Gerentes de Programa, Coordenadores de Ação, Subsecretários de Planejamento, Orçamento e Administração e respectivas equipes, de modo a criar um canal aberto de interlocução tanto na SPI, quanto nos Órgãos Setoriais para a realização dos trabalhos de elaboração, monitoramento, avaliação e revisão dos programas do Plano Plurianual – PPA. Da mesma forma, o DPPS mantém parceria permanente com os demais órgãos do ciclo de gestão (em especial SOF e IPEA) além da Subchefia de Articulação e Monitoramento – SAM da Presidência da República.

No aspecto da avaliação, em 2008, o DPPS participou da elaboração do **Relatório de**

Avaliação do Plano Plurianual 2004-2007, tanto com relação à Estratégia de Desenvolvimento, bem como na análise de 10 dos 30 Desafios do PPA 2004-2007, que compunham os três megaobjetivos, e da consolidação de três metas prioritárias.

Além disso, em colaboração com os Gerentes de Programa, o DPPS consolidou o **Relatório Anual de Avaliação – exercício 2008 – Ano Base 2007**, com relação aos 105 (cento e cinco) programas, no âmbito dos ministérios da Cultura, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, da Educação, do Esporte, da Justiça, do Desenvolvimento Agrário, da Previdência Social, do Trabalho e Emprego e da Saúde, e ainda, das Secretarias Especiais de Direitos Humanos, de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e de Políticas para as Mulheres, além do Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem.

O Departamento de Planejamento de Programas Sociais trabalhou no desenvolvimento e consolidação das informações que apresentam um balanço das principais ações realizadas no exercício de 2007 e o Plano de Ação para 2008, constantes da **Mensagem Presidencial** que abriu a sessão legislativa de 2008 no tocante à área social do Governo Federal. Esta mesma atividade com relação ao exercício de 2008 e Plano de Ação para 2009 foi realizada para a Mensagem Presidencial de 2009.

Outra atividade do DPPS foi a continuação das atividades de coordenação do Grupo de Trabalho, criado pelo Decreto de 1º de março de 2007, com a finalidade de elaborar **proposta de participação social no acompanhamento da elaboração e execução do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual**. O GT tem uma composição paritária Governo – Sociedade Civil, com a participação da Casa Civil e Secretaria Geral da Presidência da República, Ministérios do Planejamento e da Fazenda, e ainda a Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais, a Articulação de Mulheres Brasileiras, o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - DIEESE e o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas - GIFE.

Foram realizadas, no âmbito da área social, 17 **oficinas de elaboração do modelo lógico de programas** dos ministérios da Cultura, da Educação, da Justiça, do Esporte, do Trabalho e Emprego, da Previdência Social, além da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

Com relação à **Agenda Social**, em parceria com a Casa Civil da Presidência da República, a Diretoria de Programas Sociais da SPI/MP desenvolveu o trabalho de atualização da associação entre os programas e ações propostos pelo Plano e pela LOA e as iniciativas identificadas na Agenda Social (fundamentalmente com base nas apresentações feitas ao Presidente) e no Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE.

Todas as iniciativas com repercussão no orçamento tiveram suas programações associadas às iniciativas de cada um dos Eixos da Agenda Social: Criança e Adolescente, Cultura, Juventude, Mulheres, Pessoas com Deficiência, Povos Indígenas, Quilombolas, Redução da Desigualdade Social, Registro Civil, e Territórios da Cidadania. Assim, além de possibilitar a sua quantificação nos próximos quatro anos, este trabalho pode permitir também um monitoramento das ações que financiam a Agenda Social.

Ainda no âmbito do acompanhamento das agendas prioritárias de governo, os analistas

participaram ativamente dos trabalhos relativos ao “**PAC Funasa**”, parte do Programa de Aceleração do Crescimento, que compreende um conjunto de ações de saneamento básico voltado para o controle de doenças e combate a epidemias, com prioridade para grupos sociais minoritários (por exemplo, aldeias indígenas e comunidades remanescentes de quilombos), em áreas rurais ou pequenos municípios com elevado déficit de cobertura de água e esgoto. A implementação do SISPAAC (Sistema de Monitoramento do PAC) permitiu à equipe a consolidação dos empreendimentos e o monitoramento intensivo da iniciativa, também realizado pelo departamento, que envolve o acompanhamento da execução física, orçamentária e financeira dos empreendimentos.

A proposta do Ministério da Educação de **inclusão de 59 ações no PPA 2008-2011**, por meio de crédito especial à LOA 2008 foi objeto de análise do Departamento. A referida proposta teve por objetivo a inclusão de ações orçamentárias no Programa “Brasil Universitário”, destinadas a promover a revisão da estrutura acadêmica e viabilizar a expansão das universidades federais, objetivando aumentar a oferta de vagas da Educação Superior. Do total de ações, 53 referem-se a projetos do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI e as outras seis, à Expansão do Ensino Superior. Por tratar-se de crédito plurianual, o DPPS analisou os atributos legais, os valores financeiros, as metas físicas e os períodos de execução estabelecidos para as ações e a SPI encaminhou à SOF, em anexo específico, a projeção que altera a programação do Plano Plurianual 2008-2011, em consonância com o § 5º do art.15 da Lei nº 11.653, de 07 de abril de 2008.

Os resultados da organização dos Jogos Pan e Parapan-americanos mostraram os desafios inerentes à organização de **grandes eventos esportivos**. Durante 2008, foram elaboradas análises técnicas sobre a realização da Copa de 2014 no Brasil e sobre a candidatura da cidade do Rio de Janeiro aos Jogos Olímpicos de 2016, no sentido de subsidiar o Ministério do Planejamento quanto aos impactos para o País e para o Governo Federal de eventos deste porte.

O DPPS contribuiu com a elaboração de **Notas Técnicas** e pareceres nos assuntos que suscitaram reflexões e posicionamento da Secretaria, como, por exemplo, criação no PPA de um Programa de Aquisição de Alimentos, análise do Projeto de Lei que institui o Estatuto da Igualdade Racial, análise sobre pleitos do CONSEA para ampliação do orçamento de ações de diversos ministérios, análise de PEC que inclui a categoria “juventude” no Capítulo VII da Constituição Federal, dentre outros.

Além disso, o DPPS também procurou ter participação ativa nos espaços de discussão e elaboração das políticas públicas, de forma que as decisões sobre políticas possam ter reflexo na programação do PPA. Dessa forma, em 2008, o Departamento teve representação nos seguintes **grupos, conselhos ou comissões**: Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil, Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, Comitê de Monitoramento do Plano Nacional de Política para as Mulheres, Conferência Nacional dos Direitos Humanos, Grupo de Trabalho para Formulação de Proposta de Sistema de Monitoramento da Segurança Alimentar e Nutricional, Grupo de Trabalho de Acompanhamento Orçamentário no Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, Subcomissão de “Reedição do Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente”, Comissão Tripartite de Igualdade de

Oportunidades de Tratamento de Gênero e Raça no Trabalho, Grupo de Trabalho Interministerial da Agenda Nacional de Trabalho Decente, entre outros.

É importante destacar que o Departamento atuou, em parceria com a SOF, na elaboração do **Projeto de Lei Orçamentária** para 2009 e na análise de consistência entre este e a Lei de Diretrizes Orçamentárias 2008 e a orientação estratégica e a programação do PPA 2008-2011, e ainda, na seleção dos programas e ações que compõem o anexo de metas e prioridades do PLDO 2009.

É importante ressaltar a **participação dos analistas** em diversos fóruns do Governo na área social, cursos e seminários em especial:

- Representação do Ministério do Planejamento nas reuniões do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável – CONDRAF.
- Participação na Comissão Nacional de Política Indigenista – CNPI e nas oficinas regionais de discussão da proposta de Estatuto do Índio, em Recife e em Fortaleza, bem como no Conselho Nacional de Política Cultural – CNPC.
- Participação no Comitê Executivo do Comitê Gestor Nacional do Programa Territórios da Cidadania, criado pelo Decreto de 25 de fevereiro de 2008. O Comitê conta também com a participação da Casa Civil e da Secretaria de Relações Institucionais, da Presidência da República, e do Ministério do Desenvolvimento Agrário.
- Participação no Fórum Brasileiro sobre a Reforma do Estado e no curso de indicadores em políticas sociais, oferecido pela ENAP.
- Participação no Seminário Internacional de Planejamento Territorial no Brasil, realizado em Brasília, em novembro de 2008.
- Participação no grupo de trabalho para reestruturação da carreira de Analista de Planejamento e Orçamento.
- Curso de Avaliação de Projetos de Infra-estrutura Social e Curso de Elaboração e Avaliação de Projeto de Educação (CEPAL/ILPES), realizado na ENAP.
- Participação na Conferência Nacional de Educação Básica, realizada em Brasília, no período de 14 a 18 de abril.
- Curso de Especialização em Gestão Pública para servidores que atuam na área do processo orçamentário, em novembro de 2008, na ENAP.

Dentro do DPPS, a Gerência de Desenvolvimento Urbano participou do processo de avaliação de programas do Plano Plurianual (PPA), tendo consolidado, em parceria com os gerentes de programa, as avaliações de 12 programas do Ministério das Cidades (MCidades), além de elaborar a avaliação de um desafio (Desafio 6 - Implementar o processo de reforma urbana, melhorar as condições de habitabilidade, acessibilidade e de mobilidade urbana, com ênfase na qualidade de vida e no meio ambiente) e de duas metas prioritárias (Habitação e Saneamento) do PPA 2004-2007.

Ainda relacionado ao ciclo de gestão do PPA, a gerência participou do processo de elaboração do PLOA 2009, no que refere à análise da programação do MCidades, e realizou diversas outras atividades de monitoramento e avaliação da execução do plano, como a análise e proposição de vetos ao PPA, análise de emendas ao PLOA 2008 que não constavam no PPA 2008-2011, análise comparativa entre a alocação do PLDO 2009 e PLOA 2009, e cadastramento e subsídio ao cadastramento de servidores no SIGPlan.

Nos primeiros dias do ano, foram consolidadas as informações que apresentam um balanço das principais ações realizadas no exercício de 2007 e o Plano de Ação para 2008, no que se refere à área de Desenvolvimento Urbano, constantes da Mensagem Presidencial que abriu a sessão legislativa de 2008

A gerência também teve uma atuação intensa no monitoramento dos empreendimentos do Ministério das Cidades no PAC, por meio da participação em Salas de Situação das áreas de Transporte Urbano, Habitação e Saneamento; análise e processamento de cadastros de empreendimentos no SISPAC; acompanhamento da execução orçamentária de todas as funcionais PAC Cidades, via relatórios extraídos do SIAFI Gerencial e por meio de bancos de dados próprios ou cedidos pelo MCidades; consolidação e análise de informações para elaboração do boletim de monitoramento da SPI; consolidação de informações para publicação do decreto de transferências obrigatórias do PAC; e diversas reuniões internas e externas, em que participaram, além das Secretarias Nacionais do MCidades, atores como STN, CAIXA, CGU, dentre outros.

No que se refere ao processo de Análise de Modelo Lógico de Programas, a gerência participou ativamente das oficinas de dois programas finalísticos do MCidades, o 1295 – Descentralização dos Sistemas de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros, e o 1128 – Urbanização, Regularização Fundiária e Integração de Assentamentos Precários, em parceria com a SOF, IPEA e as equipes gerenciais das secretarias envolvidas. Os trabalhos desenvolvidos resultaram no aprofundamento do conhecimento sobre a realidade do problema, suas causas e efeitos, o fortalecimento dos instrumentos de planejamento e conseqüentes subsídios para a melhoria da qualidade dos programas e da alocação dos recursos públicos.

Também, destaca-se na atuação da gerência o acompanhamento das políticas de desenvolvimento urbano em suas áreas principais – habitação, saneamento e transporte urbano – mediante a confecção de notas técnicas e pareceres, participação em reuniões do GTEC da COFIEIX relativas a projetos das áreas citadas, e participação em grupos de trabalho e conselhos, em especial o grupo interministerial que trata da elaboração do Plano Nacional de Saneamento Básico (PLANSAB), o Conselho Gestor do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social e o Conselho das Cidades.

Por fim, quanto à capacitação dos analistas da área, estes participaram de cursos e seminários importantes durante o ano de 2008, dos quais destacam-se: o Seminário Internacional de Planejamento Territorial, promovido pela SPI; Curso de Análise Aplicada de Equilíbrio Geral, realizado em cooperação entre a ENAP e a SPI, com objetivo de apresentar um instrumental aplicado de análise econômica de políticas públicas e de avaliação de investimentos públicos, com ênfase em modelos de equilíbrio geral computável (EGC); e o Curso de Avaliação de Projetos de Infra-Estrutura Social e Avaliação de Projetos de Habitação, promovidos pelo ILPES/CEPAL em parceria com a SPI, dentre outros.

Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação (Atividades Desenvolvidas)

As atividades ligadas a esta Coordenação – Geral, vinculada ao Secretário – Adjunto, estão detalhadas nas análises das ações 4254 e 110K, na seção 2.3.2.

OUTRAS ATIVIDADES DA SPI QUE ENVOLVEM SERVIDORES DE DIVERSOS DEPARTAMENTOS

Comissão de Financiamentos Externos (COFIEX)

Como membro da Comissão de Financiamentos Externos (COFIEX), a SPI tem por atribuição analisar os pleitos de municípios, estados, órgãos federais e empresas estatais para a contratação de operações de crédito externo, observando se as mesmas estão amparadas no PPA, caso dos pleitos federais, ou se são compatíveis com as prioridades do Governo Federal, caso dos projetos apresentados por estados, municípios e GDF. Além de participar das plenárias da Comissão, a Secretaria, por meio de seus analistas setoriais, toma parte nas reuniões do Grupo Técnico (GTEC) da COFIEX. Adicionalmente, a SPI tem a atribuição de informar à Secretaria do Tesouro Nacional (STN/MF), previamente à assinatura dos contratos envolvendo Órgãos federais, se existe previsão no Plano Plurianual para os valores das despesas associadas à contratação.

Em 2008 houve apreciação de um grande número de cartas-consultas para projetos na COFIEX (estimamos em 80), sobretudo de Estados; em média, participamos de 08 reuniões mensais no GTEC Apresentação, onde o pleiteante ao financiamento externo apresenta o seu projeto; fomos convocados todos os meses para reuniões do GTEC Execução, este de caráter deliberativo, analisando se as alterações contratuais estão de acordo com o PPA; e 4 convocações para a Reunião dos Membros da COFIEX (os Secretários), onde se deliberam as recomendações para a preparação dos projetos e negociação junto aos organismos internacionais, objetivando a posterior apreciação do Senado Federal.

Monitoramento do PAC

O monitoramento do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC foi uma atividade constante durante o ano de 2008. Os técnicos da SPI participaram ativamente das reuniões de acompanhamento dos empreendimentos de todos os setores do PAC nas chamadas "Salas de Situação", com o objetivo de identificar riscos e propor providências para a solução de eventuais entraves à execução.

Nas Salas de Situação também são apresentadas e discutidas as análises dos empreendimentos do PAC para os balanços periódicos divulgados à sociedade. São acompanhados os setores de Infra-estrutura Aeroportuária, Habitação, Saneamento, Mobilidade Urbana, Portos e Hidrovias, Rodovias, Ferrovias, Recursos Hídricos, Energia e Petróleo, gás e Combustíveis.

A equipe técnica da SPI tem participação ativa no processo de execução das ações do PAC, realizando o processamento das informações dos cadastros de empreendimentos e o controle de liberação dos recursos orçamentários, com o auxílio do SISPAAC – Sistema de Monitoramento do Programa de Aceleração do Crescimento. Ademais, a SPI elabora o

seu Boletim interno de monitoramento do PAC.

O SISPAC entrou em operação em abril, com módulos de cadastro de empreendimentos e autorização de empenho. As especificações do módulo monitoramento foram implementadas pelo SERPRO, responsável pelo desenvolvimento do sistema, e estão em fase de homologação para sua utilização. Após sua implantação estarão disponíveis os dados relativos à execução física de empreendimentos do PAC, que serão captados e processados por meio deste módulo.

Monitoramento do Plano de Desenvolvimento da Educação

Em meados do segundo semestre, iniciou-se um estudo para o monitoramento do PDE, uma das três agendas principais do PPA, ao lado do PAC e da Agenda Social. Em 2008 foi realizada a revisão bibliográfica e o levantamento de dados oficiais sobre o PDE e a Educação de modo geral, além de entrevistas com servidores do Ministério da Educação sobre alguns temas de maior relevância. Até o início de dezembro, foi redigida uma versão preliminar da apresentação do Plano, do critério de transferência com base no Plano de Ação Articulada (PAR), e da análise de uma importante iniciativa que apóia a educação infantil, o PROINFÂNCIA. O trabalho teve prosseguimento em 2009, e está em fase de discussão da versão preliminar.

Mensagem do Presidente da República ao Congresso Nacional

A SPI teve grande participação na confecção da Mensagem ao Congresso Nacional 2009, consolidando as informações encaminhadas por todos os Ministérios, encaminhando-as posteriormente à Casa Civil. Em tal Mensagem, o Exmo. Senhor Presidente da República presta contas ao Poder Legislativo sobre as atividades desempenhadas em 2008 por todos os setores do Governo, bem como apresenta os seus planos para 2009, novamente, a respeito de todas as áreas da administração pública federal.

2.3. Programa

A Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI) é responsável pela administração do Programa **0802 - Gestão do Plano Plurianual e dos Orçamentos da União**, que está concebido para introduzir na administração pública federal inovações para aumentar a sua eficiência, transparência e capacidade de geração dos seguintes resultados para a sociedade:

- i. a integração entre plano, orçamento e gestão;
- ii. o fortalecimento do conteúdo estratégico do PPA, por meio de estudos técnicos;
- iii. o desenvolvimento do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento – SIGPlan; e

iv. realização do monitoramento e da avaliação de desempenho para os programas do Plano Plurianual – PPA.

2.3.1. Programa 0802 - Gestão do Plano Plurianual e dos Orçamentos da União

Dados Gerais:

Tabela 2 - Dados Gerais do Programa

Tipo de programa	Programa de Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais
Objetivo geral	Gerir o Plano Plurianual e os orçamentos da União de forma integrada e articulada e com a participação da sociedade civil organizada, buscando a co-responsabilidade, a transparência e a melhoria da qualidade do gasto público.
Objetivos Específicos	Melhoria da qualidade do gasto público; responder às demandas da sociedade; aumento da eficiência; integração PPA – Orçamento; priorização de atividades estratégicas; gerenciamento intensivo; convergência com a estratégia do Governo.
Gerente do programa	Afonso Oliveira de Almeida
Gerente executivo	Amarildo Baesso
Responsável pelo Programa no âmbito da UJ	Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos.
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	Não se aplica
Público-alvo (beneficiários)	Governo Federal, demais esferas de Governo.

2.3.2.1. Principais Ações do Programa.

A) Código: 4505 Nome: Monitoramento, Avaliação e Revisão do Plano Plurianual

Tabela x – Dados gerais da ação

Tipo:	Atividade
Finalidade:	Aperfeiçoar os programas do Plano Plurianual visando a melhorar a sua gestão e propiciar condições para alocação mais eficiente e eficaz dos recursos nos orçamentos da União.
Descrição:	Monitoramento da execução física e financeira dos programas do PPA e das restrições à sua implementação; avaliação de todos os programas do PPA quanto aos resultados, à concepção e à implementação do PPA; revisão dos Programas do Plano Plurianual com base nas informações da avaliação anual do PPA e de outras avaliações específicas realizadas por instituições de pesquisa e órgãos setoriais. Apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas (1):	Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos
Coordenador nacional da ação (1):	Débora Nogueira Beserra
Unidades executoras (1):	170009 - Escola de Administração Fazendária 201013 - Coordenação de Execução Orçamentária e Financeira (UG vinculada à SPOA / MP)
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação:	Departamento de Gestão do Plano Plurianual
Competências institucionais requeridas para a execução da ação:	<ol style="list-style-type: none"> 1. coordenar e orientar as atividades relativas a sistemas de informações para o planejamento, programação, desempenho físico, gestão de restrições e avaliação dos programas e ações do plano plurianual, em articulação com a Secretaria de Orçamento Federal e com o Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais; 2. coordenar e orientar as atividades de acompanhamento, avaliação e revisão do gasto público, do plano plurianual e de projetos especiais de desenvolvimento; 3. orientar, coordenar e supervisionar a elaboração do plano plurianual e de projetos especiais de desenvolvimento; 4. coordenar a elaboração de relatórios de ação de governo e subsidiar a elaboração da mensagem presidencial ao Congresso Nacional; e 5. coordenar a definição de diretrizes e o desenvolvimento de metodologias e sistemas para a formulação, avaliação e revisão do plano plurianual e de projetos especiais de desenvolvimento.

A execução da ação no exercício de 2008 representa o conjunto de atividades relacionado aos processos que dão suporte à implementação do modelo de gestão do PPA 2008-2011,

neste sentido, de forma contínua, foram realizadas despesas que viabilizaram o desenvolvimento desses processos, com ênfase nas atividades relativas ao primeiro ano de implementação do PPA 2008-2011. A execução financeira da ação, em razão das características da gestão financeira adotada no âmbito do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP), foi realizada por uma unidade gestora central (UG 201013), sendo que para o exercício de 2008 esta unidade foi responsável por 78,7% do total empenhado, sendo os outros 21,3% empenhados pela Escola de Administração Fazendária (ESAF), conforme apresentado no quadro 1.

Quadro 1 – Execução das despesas por Unidades Gestoras Executoras (UGE) – Ano de 2008

Programa (Cod/Desc)	0802 - GESTAO DO PLANO PLURIANUAL			
Ação (Cod/Desc)	4505 - MONITORAMENTO, AVALIACAO E REVISAO DO PLANO PLURIANUAL			
Em R\$ 1,00				
UG Executora	Empenhado	Liquidado (Favorecido)	Pago	RP Inscrito
170009 - ESCOLA DE ADMINISTRACAO FAZENDARIA	170.304,00	170.304,00	168.880,80	1.423,20
201013 - COORDENACAO DE EXECUCAO ORC. E FINANCEIRA	630.852,47	630.852,47	398.732,00	232.120,47
TOTAL	801.156,47	801.156,47	567.612,80	233.543,67

Fonte: SIGA-Brasil (Senado Federal) consulta realizada em 03/04/2009-11h45

As despesas orçamentárias vinculadas à ação encontram-se detalhadas, no quadro 2, por sub-elemento de despesas, como forma de evidenciar o alinhamento das execução das despesas com a finalidade de ação, em que se destaca com um índice na ordem de 63,2% as despesas relacionadas a deslocamentos de servidores e serviços de seleção e treinamento, o que embasa as participações e realizações de eventos, com agentes públicos envolvidos na gestão do PPA 2008-2011, como meio de promover a coordenação e orientação para as atividades relativas a sistemas de informações para o planejamento, programação, desempenho físico, gestão de restrições e avaliação dos programas e ações do plano plurianual.

Quadro 2 – Execução das despesas por Sub-elemento de Despesas – Ano de 2008

Programa (Cod/Desc)	0802 - GESTAO DO PLANO PLURIANUAL	
Ação (Cod/Desc)	4505 - MONITORAMENTO, AVALIACAO E REVISAO DO PLANO PLURIANUAL	
Sub-elemento Despesa (Cod/Desc)	Empenhado	Índice de Participação (%)
33901414 - DIARIAS NO PAIS	34.911,87	4,36%
33901416 - DIARIAS NO EXTERIOR	36.230,74	4,52%
33903301 - PASSAGENS PARA O PAIS	91.400,00	11,41%
33903302 - PASSAGENS PARA O EXTERIOR	42.451,42	5,30%
ELEMENTOS DE DESPESAS DESLOCAMENTOS - SOMA	204.994,03	25,59%
33903602 - DIARIAS A COLABORADORES EVENTUAIS NO PAIS	11.761,90	1,47%
33903628 - SERVICO DE SELECAO E TREINAMENTO	141.920,00	17,71%
ELEMENTO DE DESPESA - 36 - SOMA	153.681,90	19,18%
33903905 - SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS	48.888,82	6,10%
33903957 - SERVICOS DE PROC. DE DADOS	7.950,00	0,99%
33913948 - SERVICO DE SELECAO E TREINAMENTO	301.577,72	37,64%
ELEMENTO DE DESPESA - 39 - SOMA	358.416,54	44,74%
33914718 - CONTRIB.PREVIDENCIARIAS-SERVICOS DE TERCEIROS	28.384,00	3,54%
44905235 - EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	55.680,00	6,95%
OUTROS - SOMA	84.064,00	10,49%
TOTAL	801.156,47	100,0%

Fonte: SIGA-Brasil (Senado Federal) consulta realizada em 03/04/2009-11h45

A ação teve seu desenvolvimento, em 2008, por meio da implementação de três linhas centrais de atuação, que estão detalhadas a seguir:

MONITORAMENTO

Em 2008, foi instituído o Modelo de Gestão para o Plano Plurianual 2008-2011, por meio do Decreto nº 6.601, de 10/10/2008, com a criação de uma nova estrutura para o Sistema de Monitoramento e Avaliação do PPA (SMA). O Decreto estabelece as atribuições e responsabilidades para a gestão do PPA e envolve a alta direção dos órgãos no gerenciamento dos programas. Foi criado o Comitê de Gestão do Plano Plurianual, ao qual compete o monitoramento estratégico do PPA, com base na evolução dos indicadores dos objetivos de governo, dos programas prioritários e das respectivas metas de ações. O Comitê delibera ainda sobre alterações estratégicas no Plano e a adoção de medidas para o fortalecimento da gestão para resultados.

O Decreto atribui às secretarias-executivas de cada órgão o papel de acompanhar a execução dos programas do PPA no âmbito do órgão, definir prioridades de execução, em consonância com o estabelecido nas leis de diretrizes orçamentárias, bem como monitorar a evolução dos indicadores dos objetivos setoriais, dos programas e das metas de ações sob sua responsabilidade. Foi introduzido no processo de gestão do PPA o Coordenador Executivo de Ação, um novo ator que tem a atribuição de auxiliar e substituir o Coordenador de Ação, quando necessário.

Além de maior clareza quanto as atribuições, o Decreto reflete a diretriz de se incorporar a dimensão territorial na esfera do planejamento federal ao estabelecer a obrigatoriedade de captação da execução regionalizada do PPA a partir de 2009.

Ao final de 2008, visando à regulamentação do Decreto nº 6.601, foram elaboradas e discutidas com todos os ministérios três portarias. A primeira define as diretrizes e orientações técnicas para o funcionamento do SMA e estabelece as atribuições dos seus integrantes. A segunda cria a Comissão de Monitoramento e Avaliação do PPA (CMA), definindo seus componentes e suas atribuições. A terceira, por fim, estabelece os procedimentos e a periodicidade para registro de informações relacionadas com o desempenho dos programas e das ações do PPA no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan).

Em 2008, manteve-se a sistemática de captação das informações gerenciais que subsidiam a verificação do andamento da execução das ações governamentais, comparando-a com o desempenho pretendido, tanto no aspecto físico como no financeiro. A captação dessas informações se dá por meio do SIGPlan, cujo módulo de monitoramento sofreu melhorias e ajustes de funcionalidades, com o propósito de torná-lo mais adequado para os usuários. Nesta linha, foi implementada a visualização das ações por unidade orçamentária, o que permite um maior detalhamento da execução. Agora o usuário pode também ter uma visão geral das informações, como os dados cadastrais, de financiamento e execução física e financeira, consolidados por ação, e não mais apenas detalhados por localizador. Foram criados novos filtros para agilizar consultas, que agora podem ser feitas tendo como referência o título da ação, bem como por Objetivo de Governo e Objetivo Setorial. Criou-se ainda um filtro para seleção de ações pertencentes às três agendas principais de governo (Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e Agenda Social). Foi ainda ampliado o detalhamento das fontes de financiamentos das ações, informando também a categoria econômica e o Grupo de Natureza de Despesa.

Em consonância com o estabelecido no Decreto nº 6.601, foi criado o perfil do Coordenador Executivo de Ação, de forma a permitir a participação desse ator na visualização e preenchimento de dados no sistema. Além disso, os manuais do gerente de programa e do coordenador de ação foram consolidados no Manual Operacional do SIGPlan, que reflete as alterações implementadas no módulo e apresenta, num único documento, as visões do gerente e do coordenador de ação.

Com a publicação do Decreto, em outubro de 2008, o percentual de preenchimento da execução física das ações subiu de 8,5% em setembro para 56,4% em dezembro de 2008.

Importante destacar que, de acordo com o parágrafo 1º do Art. 18 da Lei nº 11.653 de 2008, que dispõe sobre o PPA 2008-2011, cabe aos Órgãos do Poder Executivo, responsáveis por programas, registrar as informações referentes à execução física das ações constantes dos programas sob sua responsabilidade, até 15 de março do exercício subsequente ao da execução.

No exercício da atividade de monitoramento do Plano, a SPI produziu em 2008 uma nota técnica analisando a execução das prioridades e metas da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2007, que serviu de subsídio para a elaboração do anexo de prioridades e metas do PLDO 2009.

Em 2008, foram realizadas três turmas de capacitações em monitoramento, sendo duas

delas ofertadas por meio da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), para servidores do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) e para servidores do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT), e outra ofertada diretamente para servidores do Ministério dos Transportes.

Em novembro, após a publicação do Decreto nº 6.601, foi realizada reunião extraordinária do Fórum dos Subsecretários de Planejamento, Orçamento e Administração (SPOA) para esclarecimento de dúvidas e disseminação do novo modelo de gestão do PPA.

AVALIAÇÃO

A avaliação do PPA é realizada em três etapas, de acordo com as instâncias de implementação do Plano: avaliação do Programa pelos Gerentes; avaliação Setorial pela Secretaria Executiva do Ministério Setorial; e avaliação do Plano pelo MP.

A Avaliação do Plano, contemplando: i) a estratégia de desenvolvimento de longo prazo; ii) o cenário de crescimento; iii) as metas prioritárias; e iv) os megaobjetivos e desafios, estruturaram a análise que evidencia quatro anos marcados por políticas que promoveram a consolidação das condições necessárias ao desenvolvimento nacional em bases sustentáveis, com a retomada do crescimento econômico associado à redução das desigualdades. Representado pelo Caderno 01 – Avaliação do Plano, no ano de 2008, pela primeira vez, teve-se a condição de encaminhamento do Relatório Anual de Avaliação no mesmo período de envio ao Congresso Nacional do Projeto de Lei Orçamentária 2009 (PLOA 2009), assim fortalecendo as condições para o debate voltado para a melhoria da qualidade da ação pública o que contribui para a comunicação dos resultados em prol da sociedade brasileira.

Em 2008 foi confeccionado o Relatório de Avaliação do PPA 2004 – 2007, composto do Caderno 01 – Avaliação do Plano – e 26 cadernos de Avaliação Setorial. Ao todo foram impressos 75 jogos completos com 27 cadernos cada, que foram distribuídos aos Secretários-Executivos dos Ministérios, Secretários-Adjuntos das Secretarias Especiais do Poder Executivo, aos Secretários-Gerais e Diretores dos Tribunais Superiores e do Ministério Público, e aos Diretores-Gerais do Tribunal de Contas da União, da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. E 15 jogos completos foram encadernados com capa dura e entregues ao Congresso Nacional.

Por meio de convênio com a gráfica do IBGE foram produzidos 1000 exemplares do Caderno 01 – Avaliação do Plano, tendo como anexo um mini cd no qual foram gravados os 26 cadernos de avaliação setorial.

A importância da Avaliação do PPA pode ser traduzida em quatro objetivos específicos:

1) Proporcionar maior transparência às ações de governo ao fornecer informações sobre o desempenho de programas, servindo como meio de prestação de contas ao Congresso Nacional e à Sociedade. E, no ano de 2008, o Relatório contemplou uma análise dos resultados consolidados do PPA 2004-2007 abrangendo a Estratégia de Desenvolvimento, o Cenário de Crescimento, as Metas Prioritárias, os Megaobjetivos (3) e Desafios (30) anunciados para o período por ocasião do envio da Mensagem

Presidencial ao Congresso Nacional. Abrangeu, também, a avaliação de 343 (trezentos e quarenta e três) programas, o que representa cerca de 95,0% do total de programas existentes no PPA 2004-2007 e quase a totalidade, 99,7%, apenas um programa do tipo finalístico não foi avaliado pela gerência, dos programas do tipo finalístico e de serviços ao estado.

2) Auxiliar a tomada de decisão, pois proporciona informações úteis à tomada de decisões relativas à ação governamental, sendo que no exercício de 2008, por meio da análise em aspectos relacionados à concepção dos programas, consolidada pelas respostas dos respectivos gerentes, possibilita uma visão agregada do Plano, o que subsidia as orientações e encaminhamentos quanto a ajustes/adequações na programação.

3) Promover a aprendizagem e a disseminação do conhecimento nas organizações, uma vez que amplia o conhecimento dos gerentes e de suas equipes sobre o programa e gera a oportunidade de reflexão entre todos aqueles envolvidos na implementação dos programas para a construção coletiva de soluções.

4) Aperfeiçoar a concepção e a gestão do plano e dos programas, dentre os instrumentos que buscam a melhoria dos resultados e otimizando o uso dos recursos públicos, com ênfase na consolidação de informações associadas aos aspectos de inadequação de recursos materiais e humanos e dos mecanismos de participação social adotados.

Os resultados desse processo foram objeto de avaliação por parte das equipes gerenciais responsáveis pelos programas, por meio de uma questão introduzida no roteiro em 2008, que visava obter a percepção dos gerentes relativa ao processo de avaliação do PPA no período de 2004 a 2007 e indicando sua evolução ao longo deste período, por meio de notas de 0 a 10 em cada item considerado, e informação sobre a evolução constam apresentadas de forma consolidada nos quadros a seguir:

Item / Nota	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
1. Capacitação dos gerentes para a avaliação do programa.	2,9%	1,5%	1,2%	1,7%	10,5%	10,2%	20,3%	29,4%	14,0%	8,4%
2. Orientação do Ministério do Planejamento sobre o processo de avaliação.	0,3%	0,0%	1,2%	1,5%	9,0%	9,6%	19,8%	28,5%	16,9%	13,4%
3. Clareza do Manual de Avaliação.	0,3%	0,0%	0,6%	0,6%	2,9%	7,0%	18,9%	32,0%	21,2%	16,6%
4. Conteúdo do Manual de Avaliação.	0,3%	0,0%	0,3%	0,3%	2,9%	8,1%	16,9%	35,2%	20,9%	15,1%
5. Cronograma do processo de avaliação.	0,3%	0,0%	1,2%	2,0%	8,7%	11,3%	22,7%	22,4%	23,0%	8,4%
6. Suporte e auxílio da SPI/MP às dúvidas quanto à metodologia.	1,2%	0,3%	0,6%	0,3%	7,6%	6,7%	14,5%	27,9%	23,5%	17,4%
7. Suporte e auxílio da SPI/MP às dúvidas no roteiro e problemas de sistema.	0,6%	0,6%	0,9%	0,6%	6,1%	6,7%	16,3%	25,9%	27,3%	15,1%
8. Melhoria da programação alcançada por meio da avaliação do programa.	2,3%	0,0%	1,2%	2,0%	7,3%	10,2%	21,8%	29,9%	18,6%	6,7%

Fonte: SIGPlan

Item / Evolução	Melhor a cada ano	Um pouco melhor a cada ano	Igual em todos os anos	Pior a cada ano	Muito Pior a cada ano	Sem Informação
1. Capacitação dos gerentes para a avaliação do programa.	32,6%	34,3%	32,6%	0,6%	0,0%	0,0%
2. Orientação do Ministério do Planejamento sobre o processo de avaliação.	32,0%	35,8%	31,7%	0,0%	0,3%	0,3%
3. Clareza do Manual de Avaliação.	36,9%	40,7%	22,1%	0,0%	0,0%	0,3%
4. Conteúdo do Manual de Avaliação.	36,0%	41,6%	21,8%	0,0%	0,3%	0,3%
5. Cronograma do processo de avaliação.	24,4%	27,3%	45,3%	2,0%	0,6%	0,3%
6. Suporte e auxílio da SPI/MP às dúvidas quanto à metodologia.	41,0%	25,6%	33,1%	0,0%	0,0%	0,3%
7. Suporte e auxílio da SPI/MP às dúvidas no roteiro e problemas de sistema.	40,7%	25,3%	33,4%	0,3%	0,0%	0,3%
8. Melhoria da programação alcançada por meio da avaliação do programa.	29,4%	36,9%	30,8%	1,2%	1,5%	0,3%

Fonte: SIGPlan

As informações produzidas pelo processo da Avaliação do Plano foram divulgadas na rede mundial de informações, constituindo-se no Relatório Anual de Avaliação do PPA 2004-2007, estando disponível para todos os usuários, por meio de cadernos específicos. Deste modo, confere-se maior transparência às políticas implementadas e presta contas à sociedade sobre os resultados da aplicação dos recursos públicos federais, bem como promove-se as condições para que as informações produzidas sejam utilizadas pela administração pública com vistas a fornecer subsídios para a tomada de decisão e a melhoria da qualidade da alocação dos recursos no Plano e nos Orçamentos anuais.

MODELO LÓGICO

O processo de análise dos programas governamentais utilizando o Modelo Lógico iniciou-se em 2006 com o Programa Segundo Tempo, do Ministério do Esporte. Em 2008 consolidou-se como uma ferramenta institucional do Ministério do Planejamento para auxiliar na melhoria da programação. Inserido no processo de avaliação de programas da Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos - SPI, as oficinas de Modelo Lógico têm contribuído para: 1) desenvolver a gestão com foco em resultados; 2) fortalecer o planejamento das políticas públicas; 3) contribuir para a maior qualidade na programação do PPA 2008-2011; e, 4) criar entendimento comum quanto ao objetivo e ao funcionamento do programa.

Na análise do desenho do programa a equipe gerencial dos programas é incentivada a definir o foco de sua atuação e, a partir desta definição, fixar os resultados esperados, procurar indicadores adequados e factíveis de apuração, rever sua estratégia de implementação e planejar metas coerentes com a realidade do programa. Este exercício permite o fortalecimento da função planejamento e da gestão com foco em resultados. Além disso, o desenho dos programas muitas vezes não está condizente com a prática. Nesse sentido, adequar a teoria ao que é feito na realidade da ação pública, utilizando a metodologia de elaboração de programas do PPA como parâmetro, significa buscar uma maior qualidade na programação do PPA. O teste de consistência, partindo do problema da sociedade, propicia uma análise crítica sobre o que se pretende realizar com o programa proposto para mudar uma realidade indesejada.

As oficinas de Modelo Lógico trabalham também com a gestão de riscos, uma análise de possíveis acontecimentos futuros que podem impedir o alcance dos resultados do programa. Esta análise visa a promover uma reflexão acerca do papel da equipe gerencial do programa no gerenciamento de eventuais riscos, por meio da identificação de fatores de contexto, de atores externos ao programa e de estratégias que podem ser utilizadas pela equipe. Esta análise corrobora para o fortalecimento do planejamento das políticas públicas no âmbito do governo federal. A ação pública brasileira passa por uma transformação silenciosa no sentido de fomentar discussões entre as áreas meio e áreas fins do Governo Federal e tem a finalidade de melhorar os processos de formulação, implementação e avaliação de suas políticas para alcançar melhores resultados.

A metodologia de problematização utilizada na dinâmica das oficinas propicia uma discussão aberta e democrática com todos os atores envolvidos com a temática. A busca do consenso acerca do desenho do programa contribui para a criação de um entendimento comum e expectativas compartilhadas quanto aos objetivos e, principalmente, quanto ao funcionamento do programa. O exercício conjunto de analisar o programa é rico e promove a integração e o comprometimento da equipe com os resultados a serem alcançados. A avaliação dos participantes demonstra como são necessários estes momentos de discussão conjunta acerca do programa.

Para alcançar os propósitos mencionados anteriormente, a metodologia de trabalho implementada pela SPI consiste em três etapas: coleta e análise das informações; pré-montagem do Modelo Lógico e oficinas de validação. As duas primeiras etapas são realizadas pelo analista SPI e por um consultor contratado pela Coordenação Geral de Avaliação dos Programas do PPA. A terceira etapa é realizada com participação da equipe gerencial, em oficinas com dois dias de duração.

Órgão	Quantidade de Oficinas
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA	1
Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT	3
Ministério da Cultura – MinC	3
Ministério da Defesa – MD	2
Ministério da Educação – MEC	2
Ministério da Integração Nacional – MI ⁽¹⁾	2
Ministério da Justiça – MJ	4
Ministério da Previdência Social – MPS	2
Ministério das Cidades – MCid	2
Ministério das Comunicações – MC	1
Ministério de Minas e Energia – MME	4
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC	2
Ministério do Esporte – ME ⁽¹⁾	2
Ministério do Meio Ambiente – MMA ⁽²⁾	3
Ministério do Trabalho e Emprego - MTE	3
Ministério do Turismo – MTur	1
Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR	1
Total	38

Fonte: SPI/MP

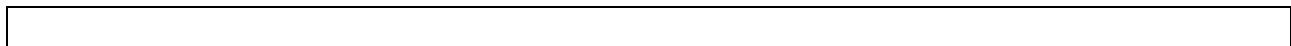
Notas: (1) Uma das oficinas não foi concluída; (2) Inclui a oficina do Plano de Ação para Prevenção e Controle

do Desmatamento na Amazônia Legal.

Órgão	Programas Analisados
MAPA	Minimização dos Riscos no Agronegócio (0365)
MCT	Ciência e Tecnologia e Inovação para a Amazônia (novo)
	Meteorologia e Mudanças Climáticas (1421)
	Nacional de Atividades Espaciais - PNAE (0464)
MinC	Cultura Afro-Brasileira (0172)
	Identidade e Diversidade Cultural - Brasil Plural (1355)
	Mais Cultura (novo)
MD	Infra-Estrutura Aeroportuária (0631)
	Calha Norte (0643)
MEC	Brasil Escolarizado (1061)
	Qualidade na Escola
MI	Integração de Bacias Hidrográficas (não concluída)
	Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-regionais - PROMESO (1025)
MJ	Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI (1453)
	Proteção e Promoção dos Povos Indígenas (0150)
	Segurança Pública nas Rodovias Federais
	Prevenção e Repressão à Criminalidade
MPS	Educação Previdenciária (1079)
	Qualidade dos Serviços Previdenciários
MCid	Descentralização dos Sistemas de transporte ferroviário Urbano de Passageiros (1295)
	Urbanização, Regularização Fundiária e Integração de Assentamento Precários
MC	Aprimoramento de serviços postais
MME	Energia na Região Norte
	Energia nos Sistemas Isolados
	Brasil com Todo Gás
	Eficiência Energética
MDIC	Interiorização do Desenvolvimento da Área de Atuação da SUFRAMA
	Pólo Industrial de Manaus
ME	Inclusão Social pelo Esporte (1245) (não concluída)
	Esporte e Lazer na Cidade
MMA	Revitalização de Bacias Hidrográficas em situação de vulnerabilidade e degradação ambiental
	Comunidades Tradicionais
	Plano de Ação p Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (plano)
MTE	Democratização das Relações de Trabalho
	Microcrédito Produtivo Orientado
	Segurança e Saúde no Trabalho
MTur	Turismo no Brasil Uma Viagem da Inclusão
SEPPI R	Brasil Quilombola

Fonte: SPI/MP

A fonte de financiamento da ação é unicamente orçamentária por meio de recursos alocados no Orçamento Fiscal/Seguridade.



A adequação dos valores gastos a parâmetros competitivos de mercado podem ser evidenciados pelo quadro 3, abaixo, que apresenta a execução das despesas da ação, pelo valor pago, por modalidade de licitação, no que se observa um índice na ordem de 75,6% que não se aplica licitação, o que pode caracterizar o aspecto de singularidade e especificidade no desenvolvimento da ação.

Quadro 3 – Execução das despesas por Modalidade de Licitação – Ano de 2008

Programa (Cod/Desc)	0802 - GESTAO DO PLANO PLURIANUAL	
Ação (Cod/Desc)	4505 - MONITORAMENTO, AVALIACAO E REVISAO DO PLANO PLURIANUAL	
Modalidade Licitação (Cod/Desc)	Pago	Índice de Participação (%)
06 - DISPENSA DE LICITAÇÃO	7.950,00	1,40%
08 - NÃO SE APLICA	429.296,31	75,63%
12 - PREGÃO	130.366,49	22,97%
TOTAL	567.612,80	100,0%

Fonte: SIGA-Brasil (Senado Federal) consulta realizada em 03/04/2009-11h45

Quanto ao consumo dos materiais necessários ao desempenho da ação, a qual é coordenada pelo Departamento de Gestão do PPA, na atual circunstância não é possível identificá-lo, visto que o consumo de materiais está inserido no total que é consumido pela Secretaria.

Quanto aos recursos humanos, em 2008 foi realizado concurso para o cargo de Analista de Planejamento e Orçamento, a principal força de trabalho do Departamento e da Secretaria. Em 2009 tais concursandos tomaram posse e entraram em exercício, melhorando a disponibilidade de mão de obra para a execução desta ação.

Gostaríamos de destacar a parceria realizada com a ESAF, que no decorrer do período de março à outubro, viabilizou o desenvolvimento das oficinas de Modelo Lógico dos programas do PPA 2008-2011, que é etapa importante para a avaliação do desenho dos programas, bem como foi relevante na consolidação e confirmação dos procedimentos preparatórios e necessários à aplicação dessa metodologia, ao mesmo tempo que supriu a não disponibilidade de espaço físico da Fundação Escola de Administração Pública (ENAP) para esse período.

Tabela x – Metas e resultados da ação no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO / PREVISÃO %
Financeira (*)	2.251.965,00	801.157,00	35,58
Física Produto: PLANO REVISADO Unidade de Medida: UNIDADE	1 (UM)	1 (UM)	100,00%

Observações:

(*) Referem-se a dados constantes do SIGPlan, o valor da execução corresponde ao empenhado

(**) O processo de revisão por meio de Projeto de Lei, no exercício de 2008, não ocorreu por deliberação da Direção do MP, que em função do realinhamento da estratégia de atuação para a melhoria da gestão do PPA entendeu que não deveria haver tal revisão. Todavia, houve iniciativas que contribuíram para a revisão do Plano, dentre as quais destacamos as oficinas de modelo lógico.

A gestão do PPA tem por objetivo viabilizar os compromissos assumidos com a sociedade, por meio de uma ação voltada para resultados, em que o processo de gestão do PPA é composto pelas etapas de elaboração, implementação, monitoramento, avaliação e revisão dos programas. Dessa forma, o modelo de gestão do PPA 2008-2011, no âmbito dos órgãos e entidades responsáveis pelos programas, preserva a unidade de responsabilidade para todas as etapas do processo de gestão e indica uma inovação, quando adota metodologia de construção do modelo lógico dos programas finalísticos do plano, de modo a avaliar o desenho do Programa e ajustá-lo no que for necessário durante a execução para uma melhor gestão por resultados.

Todo programa tem por base uma teoria que o sustenta. Conhecê-la significa aprofundar o conhecimento sobre a natureza, gravidade e extensão do problema ou demanda da sociedade que originou o Programa. Do mesmo modo se avança no conhecimento sobre o funcionamento do Programa, ou seja, como se pretende intervir e com que recursos, estratégias e ações. Aprimorar a qualidade do desenho do Programa por meio da análise do modelo lógico possibilitará avançar na capacidade de gestão por resultados e criar entendimento comum entre os principais interessados no Programa quanto à sua estrutura e resultados.

B) Código: 8864 Nome: Estudos de Apoio ao Planejamento

Tabela x – Dados gerais da ação

Tipo:	Atividade
Finalidade:	Aperfeiçoar instrumentos para formulação do planejamento de médio e longo prazo.
Descrição:	Elaboração de estudos para fortalecimento da atividade de planejamento, mediante o desenvolvimento de metodologias para a formulação de políticas e programas, para o monitoramento e avaliação de programas e projetos, para a melhoria da gestão dos programas e para o planejamento territorial de médio e longo prazo.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas (1):	Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos
Coordenador nacional da ação (1):	Debora Nogueira Beserra.
Unidades executoras (1):	114601 - Fundação Ibge - Administração Central/RJ 114702 - Fundação Escola Nacional de Administração Pública 170009 - Escola de Administração Fazendaria 201013 - Coordenação de Execução Orçamentária e Financeira
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação:	Departamento de Gestão do Plano Plurianual
Competências institucionais requeridas para a execução da ação:	<ul style="list-style-type: none"> - promover e coordenar estudos com vistas à elaboração e avaliação do plano plurianual e de projetos especiais de desenvolvimento; - orientar, coordenar e supervisionar a elaboração, acompanhamento e avaliação dos programas da área de infra-estrutura, assim como desenvolver estudos e projetos que contribuam para obtenção de resultados e melhoria da sua gestão; - desenvolver estudos com o objetivo de viabilizar fontes alternativas de recursos para financiar o desenvolvimento do País; e - desenvolver estudos com vistas à avaliação ambiental estratégica de agrupamento de investimentos.

A execução da ação no exercício de 2008 representa o suporte por meio de atividades relacionadas a conhecimento e prospecção de métodos e procedimentos que possam promover o fortalecimento em instrumentos e mecanismos para a função de planejamento no âmbito do governo federal, de modo a viabilizar uma implementação do modelo de gestão do PPA 2008-2011, com referências teóricas atualizadas e universalmente aceitas. É o primeiro ano de execução dessa ação que é nova e incluída no PPA 2008-2011, sendo as despesas realizadas, em razão das características da gestão financeira adotada no âmbito do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP), por uma unidade gestora central, sendo que para o ano de 2008 esta unidade foi responsável por 87,8% do total empenhado, sendo os outros 12,2% empenhados em outras UGs, 9,3% pela Fundação IBGE – Administração Central/RJ, conforme apresentado no quadro 1.

Cabe ressaltar que por intermédio dessa ação foram realizados os serviços gráficos e editoriais relativos à publicação do Estudo da Dimensão Territorial para o Planejamento. Além disso, tal ação também custeou a realização do Seminário Internacional de Planejamento Territorial, realizado em Brasília, em novembro de 2008, onde se discutiu os resultados do referido Estudo.

Quadro 1 – Execução das despesas por Unidades Gestoras Executoras (UGE) – Ano de 2008

Programa (Cod/Desc)	0802 - GESTAO DO PLANO PLURIANUAL			
Ação (Cod/Desc)	8864 - ESTUDOS DE APOIO AO PLANEJAMENTO			
Em R\$ 1,00				
UG Executora	Empenhado	Liquidado (Favorecido)	Pago	RP Inscrito
114601 - FUNDACAO IBGE-ADMINISTRACAO CENTRAL/RJ	86.926,46	86.926,46	25.681,76	61.244,70
114702 - FUNDACAO ESCOLA NACIONAL DE ADM. PUBLICA	22.665,00	22.665,00	22.665,00	-
170009 - ESCOLA DE ADMINISTRACAO FAZENDARIA	4.498,80	4.498,80	4.423,82	74,98
201013 - COORDENACAO DE EXECUCAO ORC. E FINANCEIRA	819.130,66	819.130,66	728.567,86	90.562,80
TOTAL	933.220,92	933.220,92	781.338,44	151.882,48

Fonte: SIGA-Brasil (Senado Federal) consulta realizada em 03/04/2009-09h45

As despesas orçamentárias vinculadas à ação encontram-se detalhadas, no quadro 2, por sub-elemento de despesas, como forma de evidenciar o alinhamento das execução das despesas com a finalidade de ação, em que se destaca uma concentração em serviços de terceiros pessoa jurídica, com índice na ordem de 81,0% das despesas relacionadas a exposições, congressos e conferencias e serviços gráficos e editoriais, gastos que embasaram o desenvolvimento da ação e se revestem de características que contemplam a finalidade da ação.

Quadro 2 – Execução das despesas por Sub-elemento de Despesas – Ano de 2008

Programa (Cod/Desc)	0802 - GESTÃO DO PLANO PLURIANUAL	
Ação (Cod/Desc)	8864 - ESTUDOS DE APOIO AO PLANEJAMENTO	
Sub-elemento Despesa (Cod/Desc)	Empenhado	Índice de Participação (%)
33903003 - COMBUSTIVEIS E LUBRIF. P/ OUTRAS FINALIDADES	5.023,00	0,54%
33903016 - MATERIAL DE EXPEDIENTE	2.415,00	0,26%
33903017 - MATERIAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS	6.876,00	0,74%
33903019 - MATERIAL DE ACONDICIONAMENTO E EMBALAGEM	1.981,76	0,21%
33903026 - MATERIAL ELETRICO E ELETRONICO	1.579,20	0,17%
33903041 - MATERIAL P/ UTILIZACAO EM GRAFICA	71.466,50	7,66%
33903628 - SERVICO DE SELECAO E TREINAMENTO	20.549,00	2,20%
ELEMENTO DE DESPESA 30 - SOMA	109.890,46	11,78%
33903905 - SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS	31.009,74	3,32%
33903920 - MANUT.E CONS.DE B.MOVEIS DE OUTRAS NATUREZAS	115,00	0,01%
33903922 - EXPOSICOES, CONGRESSOS E CONFERENCIAS	202.100,00	21,66%
33903941 - FORNECIMENTO DE ALIMENTACAO	405,00	0,04%
33903947 - SERVICOS DE COMUNICACAO EM GERAL	19.666,68	2,11%
33903963 - SERVICOS GRAFICOS E EDITORIAIS	553.558,50	59,32%
ELEMENTO DE DESPESA 39 - SOMA	806.854,92	86,46%
33909305 - INDENIZACAO DE TRANSPORTE - PESSOAL CIVIL	65,00	0,01%
33913948 - SERVICO DE SELECAO E TREINAMENTO	12.300,74	1,32%
33914718 - CONTRIB.PREVIDENCIARIAS-SERVICOS DE TERCEIROS	4.109,80	0,44%
OUTROS - SOMA	16.475,54	1,77%
TOTAL	933.220,92	100,0%

Fonte: SIGA-Brasil (Senado Federal) consulta realizada em 03/04/2009-09h45

A fonte de financiamento da ação é unicamente orçamentária por meio de recursos alocados no Orçamento Fiscal/Seguridade.

A adequação dos valores gastos a parâmetros competitivos de mercado podem ser evidenciados pelo quadro 3, abaixo, que apresenta a execução das despesas da ação, pelo valor pago, por modalidade de licitação, num índice superior a 91,7% por meio de pregão.

Quadro 3 – Execução das despesas por Modalidade de Licitação – Ano de 2008

Programa (Cod/Desc)	0802 - GESTAO DO PLANO PLURIANUAL
Ação (Cod/Desc)	8864 - ESTUDOS DE APOIO AO PLANEJAMENTO

Modalidade Licitação (Cod/Desc)	Pago	Índice de Participação (%)
04 - CONCORRÊNCIA	405,00	0,05%
06 - DISPENSA DE LICITAÇÃO	17.949,76	2,30%
07 - INEXIGÍVEL	19.668,38	2,52%
08 - NÃO SE APLICA	26.449,56	3,39%
12 - PREGÃO	716.865,74	91,75%
TOTAL	781.338,44	100,0%

Fonte: SIGA-Brasil (Senado Federal) consulta realizada em 03/04/2009-09h45

Tabela – Metas e resultados da ação no exercício.

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO / PREVISÃO %
Financeira	R\$ 1.100.000,00	R\$ 933.000,00	84,84
Física	5 Estudos realizados	1 Estudo realizado*	20

*Os gastos realizados estão associados à divulgação do Estudo da Dimensão Territorial para o Planejamento, incluindo o seminário internacional de planejamento territorial, e o relatório anual de avaliação do PPA. Essa avaliação compreendeu o desenvolvimento de uma nova metodologia de avaliação da dimensão estratégica de planos de governo.

C) Ação – Código: 4254 Nome: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento do Plano Plurianual - SIGPLAN

Tabela – Dados gerais da ação

Tipo:	Atividade – Ação Orçamentária
Finalidade:	Manter um sistema informatizado para o monitoramento dos programas do Plano Plurianual.
Descrição:	Manutenção e atualização do modelo conceitual e da arquitetura de bases de dados e sistemas para elaboração, monitoramento, avaliação e revisão do Plano Plurianual.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas (1):	Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos.
Coordenador nacional da ação (1):	Carlos Eduardo Lacerda Veiga
Unidades executoras (1):	201013 - Coordenação de Execução Orçamentária e Financeira
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação:	Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos / Coordenação – Geral de Tecnologia da Informação.
Competências institucionais requeridas para a execução da ação:	Lei Nº 11.653, de 7 de Abril de 2008, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o período 2008/2011.

No que diz respeito ao SIGPlan, em 2008 foram efetuadas adequações na Captação Qualitativa para refletir o processo de Elaboração do Projeto de Lei Orçamentária 2009,

tendo em vista a ausência de Revisão do PPA neste ano.

Com relação à finalização do processo da Lei do Plano Plurianual - PPA 2008 - 2011, em 2008 foram realizados ajustes no módulo de Sanção e Vetos, utilizado para apreciação do Projeto de Lei do PPA 2008 - 2011 enviado pelo Congresso Nacional. Com base nos vetos propostos pelo poder Executivo, foram gerados os três anexos da Lei do PPA 2008 - 2011.

Após a publicação da Lei Orçamentária Anual de 2008 (LOA 2008), foram gerados anexos atualizados da Lei do PPA, com base nos dados da LOA 2008. Para tal, utilizou-se um aplicativo de carga de base de dados e um gerador de relatórios desenvolvidos em 2008.

Em preparação para a captação qualitativa da Elaboração do Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2009 (PLOA 2009), foram efetuadas adequações no módulo de Revisão do PPA 2007 e foram desenvolvidos novos relatórios de apoio à fase qualitativa da Elaboração do PLOA 2009. Já a captação quantitativa do PLOA 2009, realizada no Sistema Integrado de Dados Orçamentários - SIDORNet, apenas passou por manutenções corretivas. Após enviado o PLOA 2009 ao Congresso Nacional, os dados foram importados do SIDOR para o Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento do Plano Plurianual - SIGPlan para uso no processo de Revisão do PPA que ocorrerá em 2009.

No módulo de Monitoramento, 109 demandas foram concluídas, responsáveis pela reestruturação do módulo para o primeiro ano do PPA 2008-2011 e também correções.

No que concerne à Avaliação do PPA, em 2008 foram entregues novas versões dos módulos de Avaliação de Programas e Avaliação Setorial, adaptadas à estruturação que o modelo destas avaliações passou em relação ao ano anterior. Foram desenvolvidos também os anexos I e II do Relatório Anual da Avaliação.

No que se refere à Integração com outros sistemas, durante o ano de 2008 foi construída uma nova versão dos serviços WEB de exportação de dados relacionados ao módulo de monitoramento do Sigplan, a qual foi disponibilizada em produção em novembro de 2008. Está em fase de elaboração de requisitos a evolução dos serviços WEB para importação de dados de monitoramento.

Além de atuar na manutenção do Sistema, foi realizada a revisão das funcionalidades do SIGPLAN à luz dos requisitos previstos no novo Modelo de Gestão do PPA, observando as seguintes premissas: maior facilidade e transparência na integração com o Sistema de Orçamento Federal - SIDOR - e outros sistemas estruturantes do Governo Federal (SIORG - Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal, SIEST - Sistema de Informação das Estatais, SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira, SIAPE - Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos, etc.), disponibilidade em ambiente Internet, independente da ferramenta de visualização (browser) utilizada pelo usuário; compatibilidade com o padrão de interoperabilidade de sistemas definido por grupo técnico competente do Governo Federal.

Execução Orçamentária – Financeira 2008 Ação 4254

R\$

Natureza da Despesa	Empenhado	Liquidado	Pago	RAP Inscrito 2008
3.3.90.39*	1.800.000	1.407.873	1.407.873	392.127

* Todas as despesas relativas a esta ação foram na natureza de despesa 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.

Fonte: SIGPlan e Sistemas de Informações Setoriais de Planejamento, Orçamento e Gestão da SPOA/SE/MP.

Tabela – Metas e resultados da ação no exercício.

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO / PREVISÃO %
Financeira	R\$ 1.800.000,00	R\$ 1.800.000,00	100
Física	1 Sistema Mantido	1 Sistema Mantido	100

D) Código: 8785 Nome: Gestão e Coordenação do Programa de Aceleração do Crescimento.

Tabela – Dados gerais da ação

Tipo:	Atividade – Ação Orçamentária
Finalidade:	Constituir um centro de custos para contabilizar os gastos com a gestão do Programa de Aceleração do Crescimento- PAC, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do PAC.
Descrição:	Esses gastos compreendem as seguintes despesas em apoio à implementação do PAC: serviços administrativos; aquisição, manutenção e uso de frota veicular; aquisição de mobiliário, tecnologia da informação (contratação de serviços, aquisição de hardware e software); sistemas de informações gerenciais; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); capacitação de agentes envolvidos com a viabilização dos empreendimentos, serviços de consultoria técnica, pesquisa de satisfação e monitoramento e avaliação da implantação e funcionamento dos empreendimentos e demais atividades necessárias à gestão dos empreendimentos do PAC, no âmbito do próprio Órgão e/ou em parceria com outras entidades do Governo Federal.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas (1):	Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos.
Coordenador nacional da ação (1):	Debora Nogueira Beserra
Unidades executoras (1):	UG 201013 (fez o destaque orçamentário para a EMBRAPA - UG 135050 – Gestão 13203)
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação:	Departamento de Gestão do PPA

Competências institucionais requeridas para a execução da ação:

Lei Nº 11.653, de 7 de Abril de 2008, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o período 2008/2011 e Decreto nº 6025, de 22 de Janeiro de 2007.

No ano de 2008 a ação se destinou a disponibilizar uma ferramenta de gestão do PAC, com base em imagem de satélite para o monitoramento dos empreendimentos e seus impactos.

O número expressivo de obras do PAC trouxe um grande desafio gerencial para o Governo Federal ao exigir instrumentos confiáveis e tempestivos de monitoramento de sua implantação eficiente, da consecução dos prazos e da efetiva conclusão dos empreendimentos compreendidos no Programa. Para tanto, com vistas à sistematização do referido monitoramento, com base no uso de imagens de satélite, é necessário contar com a experiência da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa, para a qual foi realizado “destaque orçamentário” para a produção destas informações.

A Embrapa Monitoramento por Satélite está constituindo uma sub-unidade dedicada exclusivamente ao projeto, que ficará responsável pelo fornecimento regular de imagens, interpretações de dados e relatórios sucintos sobre o andamento das obras do PAC e seus impactos, dentro de parâmetros técnicos acordados com a Casa Civil. Este é o escopo principal do projeto, que está sendo implementado alicerçado em três eixos: criação de banco de dados, trabalhos de campo e, principalmente, monitoramento orbital.

Para a execução dessa despesa, a SPI descentralizou recursos à EMBRAPA (destaque orçamentário) no valor de R\$ 2.959.414,48, conforme distribuição abaixo entre as naturezas da despesa.

Destaque Concedido à Embrapa na Ação 8785 – por Natureza de Despesa

Ação: 8785 - Gestão e Coordenação do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC	<u>2.959.414,48</u>
<u>Outras Despesas Correntes</u>	<u>2.126.183,74</u>
3.3.90.14 - Diárias - Pessoal Civil	6.485,96
3.3.90.14.00 - Diárias - Pessoal Civil	6.485,96
3.3.90.30 - Material de Consumo	9.791,50
3.3.90.30.00 - Material de Consumo	9.791,50
3.3.90.33 - Passagens e Despesas com Locomoção	9.906,28
3.3.90.33.00 - Passagens e despesas com Locomoção	9.906,28
3.3.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	2.100.000,00
3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	2.100.000,00
<u>Investimentos</u>	<u>833.230,74</u>
4.4.90.52 - Equipamentos e Material Permanente	833.230,74
4.4.90.52.00 - Equipamento e Material Permanente	833.230,74

Execução Orçamentário – Financeira 2008 Ação 8785

Ação	Empenhado	Realizado	Pago	RAP Inscrito 2008
8785	2.959.414	2.959.414	700.071	2.259.343

Fonte: SIGPlan.

As despesas pagas de custeio e de investimento totalizaram pouco mais de R\$ 700 mil reais, sendo que cerca de R\$ 380 mil reais foram gastos com investimentos. Durante aquele ano, a Embrapa procurou se equipar para atender às demandas feitas, e boa parte dos gastos incorridos se concentraram na aquisição de equipamentos de processamento de dados, áudio, vídeo e foto. Especificamente em relação às imagens orbitais já feitas, foram gastos R\$ 303 mil reais. A execução continua em 2009, com os restos a pagar inscritos em 2008.

Tabela – Metas e resultados da ação no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO / PREVISÃO %
Financeira	R\$ 3.850.000,00	R\$ 2.959.414,48	76,90%
Física	-	-	-

E) Ação 1593 – Estudo para Aperfeiçoamento do Modelo de Gestão do Plano Plurianual - PROGER

Tabela 1 - Dados Gerais da Ação

Tipo	Ação Orçamentária
Finalidade	Coordenar, orientar e supervisionar a implementação do Plano Plurianual, pelo aperfeiçoamento dos mecanismos de monitoramento e pela avaliação dos programas, com a melhoria dos sistemas de informações ao público.
Descrição	Fornecimento de assistência técnica com a finalidade de fortalecer os processos, eficiência alocativa e integração orçamentária do Plano Plurianual - PPA por quatro subcomponentes: integração entre plano e orçamento, com o fortalecimento da ligação entre as funções de planejamento e elaboração orçamentária e estudos para melhorar a legislação existente aplicável; avaliação do Plano Plurianual, com a melhoria das metodologias de retroalimentação para a formulação de políticas e programas e alocação de recursos orçamentários; Sistema de Informações Gerenciais, com a identificação das necessidades de informação, elaboração de planos de ação e desenvolvimento de sistemas para ministérios e executores de ações nos termos dos programas do PPA, com o objetivo de melhorar o gerenciamento dos programas e a disponibilidade de

	informações a respeito do PPA; capacitação gerencial, com o fortalecimento da capacidade e do compromisso dos gerentes de programas do PPA e de autoridades governamentais chaves envolvidas na implementação dos programas do PPA por meio de treinamento e disseminação das melhores práticas do PPA
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos.
Unidades Executoras	UG 201028 - PROGER
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Departamento de Planejamento de Programas Econômicos e Especiais.
Coordenador nacional da ação	Ernesto Carrara Junior
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Não se aplica.

O PROGER – Projeto de Fortalecimento do Gerenciamento Fiscal e Financeiro tem como objetivo apoiar o programa de reforma do gerenciamento fiscal e financeiro do Governo, implantando e/ou modernizando os mecanismos de atuação governamental nessas áreas e promovendo a melhoria da qualidade do gasto público. Financiado com recurso do Banco Mundial decorrente do Acordo de Empréstimo 4604-BR, o PROGER encontra-se estruturado em três componentes: Gerenciamento Fiscal (LRF), Gerenciamento da Dívida e Plano Plurianual (PPA), este último sob a orientação técnica do Ministério do Planejamento, enquanto os demais sob a coordenação do Ministério da Fazenda.

A **ação 1593** tem como objeto a execução do Componente PPA e visa apoiar a implementação do Plano Plurianual, pelo aperfeiçoamento dos mecanismos de monitoramento e avaliação de programas e projetos, inclusive com a melhoria dos sistemas de informação.

O projeto teve início em setembro de 2001 e está organizado em 4 subcomponentes: Integração Plano e Orçamento; Avaliação dos Programas do Governo Federal; Sistema de Informações Gerenciais e Capacitação Gerencial.

Conforme constante da tabela abaixo, a execução orçamentário – financeira de 2008 relativa à ação deu-se em pequena monta, haja vista que já se sabia que a execução do PROGER estava prevista para encerramento em dezembro de 2008. Assim, basicamente, as atividades mencionadas a seguir, ocorridas em 2008, foram financiadas com recursos que já tinham sido repassados pela União ao PNUD em exercício anterior.

Execução Orçamentário – Financeira 2008 Ação 1593

R\$				
Ação	Empenhado	Realizado	Pago	RAP Inscrito 2008
1593	34.650	34.650	34.650	0

Fonte: SIGPlan.

Em 2008, as atividades desenvolvidas estiveram concentradas no subcomponente **Avaliação dos Programas do Governo Federal**, em cujo âmbito foram contratados os seguintes produtos:

- **Avaliação da Malha Rodoviária Federal:**

Contratação dos serviços de consultoria para avaliação do Programa Manutenção da Malha Rodoviária Federal, das condições de trafegabilidade nas rodovias federais e propostas de intervenções prioritárias para garantir conforto, segurança e rodagem a baixo custo nas principais rotas de transporte de carga e passageiros. Com a elaboração do diagnóstico e a prospecção das soluções, espera-se habilitar a SPI a melhor proceder e priorizar as intervenções indispensáveis para garantir qualidade e segurança nas principais rodovias da malha federal.

Valor do Contrato: R\$ 395.043,73 (Tansplan Planejamento e Projetos S/A).

- **Avaliação da Concessão de Rodovias Federais:**

Apesar do processo licitatório para a contratação da empresa para a realização da avaliação da eficácia dos instrumentos de concessão de obras ter sido concluído no final de 2007, estando entre as atividades a serem desenvolvidas, a contratação não se consumou, em razão da solução de continuidade das atividades do Projeto durante seis meses, prazo no qual se deu a tramitação das decisões acerca da alteração da taxa de administração por parte do PNUD de 3% para 5%, por meio dos departamentos jurídicos internos em cada componente, tornando-se, em virtude disso, extemporâneo o serviço a ser executado).

- **Avaliação do Novo Modelo do Setor Elétrico:**

O contrato para desenvolvimento de metodologia de avaliação e de proposta de implementação ambiental estratégica no setor de energia elétrica foi executado no ano de 2007, contudo, os produtos 10, 11, 12 e 13 foram aprovados e pagos apenas no exercício de 2008, perfazendo o valor total pago de R\$ 65.000,00

Quanto aos recursos humanos, O PROGER, no componente PPA, conta com um técnico especialista em administração financeira, contratado na modalidade de contrato temporário, para desempenhar atividades de caráter técnico. Para a execução das atividades de caráter técnico dos componentes Gerenciamento da Dívida Pública e Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), bem como as atividades de caráter operacional, financeira e contábil de todos os componentes, inclusive aqueles executados pelo Ministério da Fazenda, o projeto conta com uma estrutura composta de um coordenador de projeto, três técnicos especialistas em administração financeira e um técnico especialista em administração. Existe apenas uma estrutura física localizada na Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos SPI/MP, que disponibiliza todos os recursos materiais necessários para o desempenho das atividades de todos os componentes do projeto. Ainda quanto aos aspectos logísticos, em 2008, não houve despesa com diárias e passagens.

Despesas realizadas no período:

As despesas do componente PPA no exercício de 2008 foram realizadas basicamente com recursos transferidos anteriormente (em outros exercícios financeiros) ao PNUD, e estão descritas conforme tabelas abaixo:

Tabela 2 - Consultores contratados

Consultor	Produtos pagos em 2008	Valor	Data do Pagamento
Setembrino de Menezes Filho	Elaboração de pareceres sobre estudos de viabilidade técnica e sócio-econômica de dois projetos de implantação de hidrelétricas	R\$ 15.000,00	10 de março de 2008
	Realização de oficina: avaliação de projetos de geração e transmissão de energia elétrica	R\$ 15.000,00	10 de março de 2008
	Desenvolvimento de proposta de implantação da avaliação ambiental estratégica (AEE) no setor de energia elétrica.	R\$ 20.000,00	10 de março de 2008
	Realização da oficina: aplicação da avaliação ambiental estratégica (AEE) no planejamento do setor de energia elétrica.	R\$ 15.000,00	10 de março de 2008
Total		R\$ 65.000,00	

Tabela 3 - Contratos firmados

Instituição Contratada	Objeto do Contrato	Valor do Contrato	Período
Transplan Planejamento e Projetos S.A.	Avaliação das condições de trafegabilidade das rodovias federais e propostas de intervenções prioritárias para garantir conforto, segurança e rodagem a baixo custo nas principais rotas de transporte de carga e passageiros.	R\$ 395.043,73	30.11.2007 a 31.07.2008

Tabela – Metas e resultados da ação no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO / PREVISÃO %
Financeira	R\$ 850.000,00	R\$ 34.650,00	4,07%
Física	-	-	-

Fonte: SIGPlan.

F) Código 2A39 – Avaliação Específica de Programas e Projetos de Grande

Vulto

Tipo:	Atividade – Ação Orçamentária
Finalidade:	Melhorar a alocação de recursos e maximizar os impactos dos projetos públicos de investimento.
Descrição:	Desenvolvimento e implantação de metodologias e critérios de avaliação técnica, socioeconômica e ambiental estratégica de projetos de investimento; capacitação de técnicos em análise de projetos; coordenação e execução do processo de análise prévia de projetos; desenvolvimento e manutenção de sistema de informações para apresentação e análise de viabilidade técnica e socioeconômica de projetos; contratação de entidades de pesquisa para o desenvolvimento de metodologias e para a execução de avaliações específicas de projetos; realização de e participação em reuniões e eventos técnicos sobre avaliação de projetos; execução das atividades de Secretaria Executiva da Comissão de Monitoramento e Avaliação do Plano Plurianual (CMA); execução das atividades de Unidade Técnica Nacional, pelo Brasil, do Fundo para a Convergência Estrutural e o Fortalecimento da Estrutura Institucional do Mercosul (Focem).
Unidade responsável pelas decisões estratégicas (1):	Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos
Coordenador nacional da ação (1):	Ely Arima Takasaki
Unidades executoras (1):	201013 - Coordenação de Execução Orçamentária e Financeira
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação:	Departamento de Planejamento de Programas Econômicos e Especiais
Competências institucionais requeridas para a execução da ação:	Lei Nº 11.653, de 7 de Abril de 2008, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o período 2008/2011.

Mediante esta ação, em 2008 foram organizados seis cursos de capacitação na Escola Nacional de Administração Pública (ENAP). Cinco dos cursos se referiram à capacitação em metodologia de avaliação de viabilidade de projetos de grande vulto, específicos para os seguintes tipos de projeto: programas sociais, infraestrutura social, educação, habitação e recursos hídricos. O último curso tratou da 'Formulação e Avaliação de Projetos de Educação'.

Quanto à consecução das metas previstas para a ação, foram avaliados em 2008 15 projetos de grande vulto (avaliação técnica, socioeconômica e ambiental dos projetos), frente a uma previsão no PPA de 22 projetos, representando cerca de 68% de execução da meta física. Também foram utilizados recursos desta ação para o custeio de passagens aéreas, cujas informações detalhadas podem ser obtidas junto à Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração (SPOA) do Ministério do Planejamento, Unidade responsável pelo setor de viagens do Ministério. Naquele exercício, a execução orçamentária da ação foi de apenas 15,26% do limite disponibilizado pelo MP.

Um dos fatores ressaltados pela equipe para a baixa execução financeira diz respeito à

insuficiência de recursos humanos. A esse respeito, foi realizado concurso para o cargo de Analista de Planejamento e Orçamento em 2008, em termos quantitativos a principal força-de-trabalho da Secretaria, fato que tende a minimizar o problema da escassez de recursos humanos.

Finalidade do Gasto	Valor (R\$) - Pago
Capacitação em Avaliação de Projetos de Grande Vulto – Programas Sociais	28.575,52
Capacitação em Avaliação de Projetos de Grande Vulto – Projetos Sociais	28.575,52
Capacitação em Avaliação de Projetos de Grande Vulto – Recursos Hídricos	28.575,52
Capacitação em Avaliação de Projetos de Grande Vulto – Competitividade & Desenvolvimento	28.575,52
Capacitação em Avaliação de Projetos de Grande Vulto – Habitação	28.575,52
Capacitação em Formulação e Avaliação de Projetos de Grande Vulto – Educação	20.899,08
Passagens Nacionais	16.276,68
Passagens Internacionais	1.828,86
TOTAL	181.882,22

Execução Orçamentário – Financeira 2008 da Ação 2A39, por subelemento de Despesa

UG/ND	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos	Restos a Pagar Pagos
114702 - ENAP	8.400,00	8.400,00	8.400,00	0,00
33903922 - EXPOSICOES, CONGRESSOS E CONFERENCIAS	8.400,00	8.400,00	8.400,00	0,00
201013 - COORD. DE EXEC. ORC. E FINANCEIRA (CGPOF/SPOA)	182.376,68	173.482,22	173.482,22	62.092,93
33803901 - INSTITUICOES DE CARATER ASSIST. OU CULTURAL	124.102,68	124.102,68	124.102,68	0,00
33903301 - PASSAGENS PARA O PAIS	17.000,00	16.276,68	16.276,68	0,00
33903302 - PASSAGENS PARA O EXTERIOR	10.000,00	1.828,86	1.828,86	0,00
33913948 - SERVICO DE SELECAO E TREINAMENTO	31.274,00	31.274,00	31.274,00	0,00
449052 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,00	0,00	0,00	62.092,93
Total:	190.776,68	181.882,22	181.882,22	62.092,93

Fonte: SPOA / MP a partir de dados do SIAFI.

Para a execução dos recursos acima, gostaríamos de destacar a parceria consubstanciada no Termo de Cooperação Técnica nº 01/2008, firmado entre o MP (SPI) e a CEPAL, no valor de R\$ 124.102,68, cujo objeto foi a realização dos cursos de capacitação em avaliação de projetos de grande vulto.

Tabela – Metas e resultados da ação no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO / PREVISÃO %
Financeira	R\$ 1.250.000,00	R\$ 190.777,00	15,26%
Física	-22 projetos avaliados	-15 projetos avaliados	68,00%

Fonte: SIGPlan.

G) Código 10ZY – Implantação do Cadastro Geral de Obras Públicas da União

Tipo:	Atividade – Ação Orçamentária
Finalidade:	Contribuir para a efetiva e regular gestão de recursos públicos, minimizando-se a ocorrência de obras inacabadas e sistematizando-se a aplicação do art. 45 da Lei de Responsabilidade Fiscal
Descrição:	Desenvolvimento de módulo específico no Sigplan, aprimorando-se metodologia já utilizada para cadastramento e monitoramento de empreendimentos e contratos/convênios relativos ao Projeto-Piloto de Investimentos

	- PPI e para o Programa de Aceleração do Crescimento - PAC. O desenvolvimento abrangerá: definição de requisitos funcionais e não-funcionais do novo sistema; levantamento de regras de negócio dos processos por ele contemplados; documentação de casos de uso - pontos de interação com os usuários do sistema; desenvolvimento de protótipos; novo projeto lógico e físico de base de dados; desenvolvimento propriamente dito das funcionalidades do sistema; testes simples, integrados e de operação paralela com o sistema atual; homologação das novas funcionalidades; consolidação da documentação técnica (sistema) e elaboração do manual de operação (usuários finais); treinamento de usuários; implantação; acompanhamento pós-implantação. O módulo será desenvolvido de modo a garantir a interoperabilidade com outros sistemas de governo, em particular o SIASG e o SIDOR/SIAFI.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas (1):	Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos
Coordenador nacional da ação (1):	Não há coordenador vinculado.
Unidades executoras (1):	201013 - Coordenação de Execução Orçamentária e Financeira
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação:	Departamento de Planejamento de Programas Econômicos e Especiais (Portaria nº 364 / 08)
Competências institucionais requeridas para a execução da ação:	Lei Nº 11.653, de 7 de Abril de 2008, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o período 2008/2011.

Esta ação serviria para a implantação de um cadastro geral de obras da União. Todavia, não foi executada pois foi verificado que o Sistema de Monitoramento do Programa de Aceleração do Crescimento (SisPAC) já possuía, nos seus requisitos de sistema, a funcionalidade de cadastro de empreendimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que pode ser aplicada em outras obras públicas. Ou seja, uma vez que o SisPAC já possibilita o cadastro de empreendimentos, entendeu-se ser mais eficiente não duplicar esforços implantando um outro cadastro de obras, o que explica a inexecução desta ação.

Ação 110K – Desenvolvimento do Novo Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento e do SISPAC

Tabela 3 - Dados gerais da ação

Tipo	Projeto
Finalidade	Alcançar a excelência em informações qualitativas e quantitativas empregadas no planejamento governamental e na gestão do orçamento público.
Descrição	Desenvolvimento do novo Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento Federal, que substituirá integralmente o Sistema Integrado de Dados Orçamentários - SIDOR, o Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento ao Plano Plurianual -

	<p>Sigplan e o Sistema de Acompanhamento das Empresas Estatais - SIEST, atualmente em operação, bem como de desenvolvimento de módulo para acompanhamento das ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC. Serão redesenhados todos os módulos dos sistemas atuais, contemplando as diversas fases do Ciclo de Gestão do Plano Plurianual - PPA e do Orçamento Anual da União, nas esferas Fiscal, da Seguridade Social e de Investimento das Empresas Estatais. O desenvolvimento abrange: elicitação de requisitos funcionais e não-funcionais do novo sistema; levantamento e documentação de regras de negócio dos processos contemplados; documentação de casos de uso - pontos de interação com os usuários do sistema; desenvolvimento de protótipos; novo projeto lógico e físico de base de dados; desenvolvimento propriamente dito das funcionalidades do sistema; testes simples, integrados e de operação paralela com o sistema atual; conversão e carga de dados entre as bases de dados do legado e do novo sistema; homologação das novas funcionalidades; consolidação da documentação técnica (sistema) e elaboração do manual de operação (usuários finais); treinamento de usuários; implantação dos módulos/funcionalidades (colocação em operação); acompanhamento pós-implantação; e transferência de conhecimento e de tecnologia, para o caso de a equipe de manutenção ser diferente daquela que desenvolver o novo sistema.</p>
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP
Unidades Executoras	Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos – SPI / Secretaria de Orçamento Federal
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	No âmbito da SPI, a Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação.
Coordenador nacional da ação	Carlos Eduardo Lacerda Veiga
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Não se aplica

Esta ação, como o próprio nome já expressa, está relacionada ao desenvolvimento de 2 sistemas. A manifestação da SPI se referirá apenas ao desenvolvimento do segundo sistema, o Sistema de Monitoramento do PAC - SISPAC. **Cabe ressaltar que de acordo com a Portaria nº 364, de 02 de dezembro de 2008, a execução de tal ação como um todo é de responsabilidade da Secretaria de Orçamento Federal.** No entanto, consta do SIGPlan que a responsabilidade pela execução em 2008 cabe à SPI, tendo em vista que esta é a Unidade responsável pelo SISPAC.

Com relação ao SISPAC, a SPI implantou no mês de fevereiro de 2008 o módulo de Autorização de Empenho e no mês de abril o módulo de Cadastro dos Empreendimentos. Além disso, em abril de 2008, o sistema provisório de acompanhamento do PAC,

específico de Cadastro de Empreendimentos, foi desativado, tendo em vista a implantação em produção do módulo de Cadastro dos Empreendimentos. Estão em desenvolvimento, além de manutenções evolutivas nesses dois módulos, a implantação do módulo de Monitoramento, em parceria com a Casa Civil, que visa a produzir Relatórios de Monitoramento. Para que este sistema chegasse ao estágio atual de andamento, foram despendidos esforços da área de TI no ano de 2008, sobretudo em reuniões de gerenciamento do projeto, levantamento de requisitos e homologações.

Diversos relatórios reutilizáveis de monitoramento, construídos em 2007 e disponibilizados em infra-estrutura própria da SPI, sofreram manutenções corretivas e evolutivas durante o ano de 2008. Foram ainda construídas diversas consultas *ad hoc* às bases de dados do Sigplan e do Sispac com a finalidade de atender demandas pontuais e específicas das áreas de negócio desta secretaria.

Execução Orçamentário – Financeira 2008 - Ação 110K

R\$

Natureza da Despesa	Empenhado	Realizado	Pago	RAP Inscrito 2008
3.3.90.39	500.000	500.000	0	500.000

Fonte: SIGPlan.

Há de se ressaltar que em 2007 foram inscritos restos a pagar no valor de R\$ 1.084.642,00, sendo que, desse montante, R\$ 170.254,00 foram efetivamente pagos, ficando os R\$ 914.388,00 reinscritos em 2008. Esclarece-se que as atividades relacionadas ao SISPAC são executadas mediante um contrato de prestação de serviços com o SERPRO, sendo os respectivos pagamentos efetivados de acordo com a entrega dos produtos pelo SERPRO ao MP. Embora o SERPRO tenha trabalhado em cima do módulo Monitoramento, os pagamentos não foram efetivados haja vista que os produtos entregues ainda não estavam em conformidade com os produtos encomendados.

2.4. DESEMPENHO OPERACIONAL

Para se medir o desempenho operacional da SPI, tem-se a estruturação de um conjunto de indicadores associados aos processos que visam dar suporte ao cumprimento de sua missão institucional de garantir a convergência da ação de governo, orientar a definição de prioridades e auxiliar na promoção do desenvolvimento sustentável, por meio da coordenação e elaboração de planos, estudos e projetos de médio e longo prazo e sua respectiva gestão no nível estratégico.

Os indicadores associados ao desempenho operacional estão vinculados aos três principais processos de gestão do PPA, que buscam sintetizar as atividades relativas ao acompanhamento do desenvolvimento do Plano. E, neste contexto, apresentam-se os seguintes indicadores:

➤ Relativo ao processo de Elaboração/Revisão do PPA

Indicador: grau de contribuição para a qualidade do desenho do Programa e possibilidade de avançar na capacidade de gestão por resultados atribuída pelos agentes participantes das oficinas de Modelo Lógico (ML) em programas do PPA.

- a) Utilidade: consolidar o ML como uma ferramenta institucional do MP para auxiliar na melhoria da programação do PPA, de forma a documentar as mudanças no desenho dos programas e subsidiar os processos de elaboração/revisão, uma vez que as oficinas de Modelo Lógico têm contribuído para: 1) desenvolver a gestão com foco em resultados; 2) fortalecer o planejamento das políticas públicas; 3) contribuir para a maior qualidade na programação do PPA 2008-2011; e, 4) criar entendimento comum quanto ao objetivo e ao funcionamento do programa.
- b) Tipo: eficácia.
- c) Fórmula de cálculo: relação entre as notas 10 (dez) atribuídas pelos agentes e o total de participantes que entregaram os formulários de avaliação das oficinas de ML.
- d) Método de aferição: tabulação dos formulários de avaliação das oficinas de ML consolidando as notas atribuídas para a questão 2 - "Você considera que o evento contribuiu para a qualidade do desenho do Programa e tem possibilidade de avançar na capacidade de gestão por resultados?", assinale no quadro correspondente a nota a ser atribuída.
- e) Área responsável pelo cálculo e/ou medição: Departamento de Gestão do Plano Plurianual.
- f) Resultado do indicador no exercício: no exercício de 2008 foram realizadas 38 oficinas de ML, com um total de 434 participantes que preencheram a avaliação das mesmas, e deste total houve 66 que atribuíram nota 10 (dez). Assim, tem-se o grau de contribuição para a qualidade do desenho do Programa e a possibilidade de avançar na capacidade de gestão por resultados, **o que significa que a cada 100 participantes 15 tiveram a percepção de que a oficina atingiu totalmente seu objetivo.**
- g) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador: o processo de análise dos programas governamentais utilizando o ML iniciou-se em 2006 com o Programa Segundo Tempo, do Ministério do Esporte. Na análise do desenho do programa, a equipe gerencial dos programas é incentivada a definir o foco de sua atuação e, a partir desta definição, fixar os resultados esperados, procurar indicadores adequados e factíveis de apuração. Este exercício permite o fortalecimento da função planejamento e da gestão com foco em resultados. Além disso, o desenho dos programas muitas vezes não está condizente com a prática. Nesse sentido, adequar a teoria com o que é feito na realidade da ação pública, utilizando a metodologia de elaboração de programas do PPA como parâmetro, é buscar uma maior qualidade na programação do PPA. No decorrer do ano de 2008, verificou-se que houve pouco envolvimento de agentes estratégicos (sensibilização política, participação dos níveis decisórios, do IPEA e baixa articulação interna ao MP). Assim, tem-se as seguintes recomendações: 1) estabelecer a priorização a ser atribuída a esta iniciativa; 2) efetivar o envolvimento de toda a direção e nível gerencial do MP e, especialmente, da SPI no processo de ML; 3) melhorar a articulação interna do MP, quanto à iniciativa em questão; e 4) promover a participação de atores relevantes. Além disso, tem-se a consideração de que houve falta de pactuação do escopo de trabalho junto ao órgão setorial (OS), e neste sentido, seguem outras recomendações: 1) definir critérios e pactuar com o nível decisório dos OS os programas a serem avaliados; 2) definir junto ao OS o cronograma de trabalho, as etapas que receberão maior ênfase e as datas das oficinas; 3) apresentar previamente,

de forma mais didática, todo o processo de ML; e 4) inserir uma etapa de relato da pré-montagem para a gerência do programa, antes da oficina (devolutiva ao OS).

- h) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis: no âmbito de uma política governamental, uma boa estratégia de gestão requer um olhar contínuo sobre a eficiência e a efetividade da ação pública, o que inclui análise do desenho, revisão e avaliação das prioridades e objetivos e aferição da qualidade do serviço ou bem fornecido ao cidadão. O processo de Modelo Lógico tem contribuído para aperfeiçoar a ação pública na busca de resultados compatíveis com as demandas da sociedade ao aprofundar a análise da ação pública, verificando a relevância da continuidade dos programas; o alcance efetivo dos objetivos dos programas; e, a eficiência e o custo-benefício da efetividade dos programas, comparando alternativas. Com vistas a ampliar a abrangência do indicador, houve o diagnóstico de que há necessidade de adequações na metodologia utilizada pela SPI, com recomendações para que o Departamento de Gestão do Plano Plurianual adote as seguintes providências: 1) substituir o Planejamento da Gestão de Riscos pela Análise de Vulnerabilidade, retomando aspecto da metodologia original; 2) incluir a análise da suficiência e pertinência das ações como fase obrigatória nas oficinas; 3) buscar a flexibilização e customização da aplicação do método em função das especificidades e características particulares dos programas; 4) avançar a metodologia na análise da estratégia de implementação dos programas, como uma nova etapa; e 5) alinhar o entendimento entre os moderadores e analistas da SPI no momento da passagem da árvore de problemas para as identificação da pertinência e suficiência da ações.

➤ **Relativo ao processo de Monitoramento do PPA:**

Indicador: índice percentual de registro de informações no SIGPlan de execução física em localizadores de ação com execução financeira

- **Utilidade:** demonstrar o acompanhamento dos registros de execução física em localizadores de ação com execução financeira como meio de proporcionar a informação sobre o índice de atingimento das metas (para ações orçamentárias com produtos e unidades de medida estabelecida).
- **Tipo:** eficiência
- **Fórmula de cálculo:** quantidade de localizadores em ações **com registro de execução física** dividido pela quantidade de localizadores em ações com execução financeira para ações orçamentárias com produtos e unidades de medida estabelecida.
- **Método de aferição:** extração do relatório denominado Relatório Gerencial – Preenchimento Físico/Financeiro do SIGPlan, que apresenta os índices percentuais de Preenchimento da Execução Física por órgão responsável por programa do PPA
- **Área responsável pelo cálculo e/ou medição:** Departamento de Gestão do Plano Plurianual.
- **Resultado do indicador no exercício:** com posição de consulta ao SIGPlan em 24 de abril de 2009, e dados atualizados em 24/04/2009 (SIAFI), o resultado é 80,8%, que corresponde ao registro de informações sobre execução física em 7.596 localizadores de ações de 9.403 localizadores com execução financeira (para ações orçamentárias com produtos e unidades de medida estabelecidos).
- **Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador:** a baixa relevância dada pelos Coordenadores de ações do PPA, no decorrer do exercício, em prestar as informações com a periodicidade adequada, com intensificação nos períodos de consolidação de informações para os processos de prestação/tomada de

contas anuais. Bem como, restrições de ordem cadastrais relacionados aos atributos das ações de definição do produto, unidade de medida e condição de cumulatividade da meta, que nem sempre são presentes e, o baixo grau de programação prévia dos quantitativos mensais de execução da meta faz com que este indicador não atinja a sua totalidade, o que é esperado como instrumento de apoio à gestão dos programas do PPA.

Ano	(*) Total de Localizadores	Localizadores com execução Financeira	Localizadores com preenchimento de execução Física	% de preenchimento da execução Física
2004	11.829	9.990	5.977	59,8
2005	11.945	10.166	6.938	68,2
2006	11.200	8.689	7.189	82,7
2007	11.862	8.687	7.850	90,4
2008	11.457	9.403	7.596	80,8

Fonte: SIGPlan – Relatório Gerencial – Preenchimento Físico/Financeiro

- Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis: importante evidenciar que a SPI tem envidado esforços, por meio de procedimentos que visam intensificar a comunicação com os principais agentes envolvidos no processo de monitoramento dos programas do PPA, com ênfase em alguns aspectos implementados no âmbito do PPA 2008-2011, em que se destaca a criação do perfil de Coordenador de ação executivo, como forma de minimizar a dificuldade de efetivação de registros pelos agentes. Bem como ajuste na funcionalidade de registro de situação do programa, que passa a possibilitar a marcação de uma sinalização do Gerente e adequação do cronograma (datas limites) para registro no SIGPlan, que deverá ser realizado até o décimo dia do mês subsequente ao término de cada trimestre, o que possibilita uma melhor tramitação para a coleta e consolidação dos resultados das ações no período considerado.

➤ Relativo ao processo de Avaliação do PPA:

Indicador 1: índice percentual de indicadores de programas do PPA com apuração realizada

- Utilidade: proporcionar instrumento de verificação do grau de registros de apuração dos indicadores de programas do PPA como meio de promover as análises de desempenho e conseqüente demonstração de alcance dos objetivos e respectivos resultados.
- Tipo: eficácia.
- Fórmula de cálculo: quantidade total de indicadores com apuração realizada dividido pela quantidade total de indicadores de programas do PPA, por ano.
- Método de aferição: tabulação dos registros de informações no módulo de Avaliação do SIGPlan, realizados pelos Gerentes de programas no momento de execução da Avaliação de programa que é a fase 1 do processo de Avaliação Anual do PPA, conforme art. 9º da Lei no 10.933, de 11 de agosto de 2004.
- Área responsável pelo cálculo e/ou medição: Departamento de Gestão do Plano Plurianual.

- Resultado do indicador no exercício: considera-se o período anual, e a referência é do processo de Avaliação Anual do PPA do exercício 2008 (Ano Base 2007) cujo índice foi na ordem de 78,2%, que corresponde ao registro de 645 indicadores apurados de programas para um total de 825 indicadores de programa.
- Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador: a apuração de indicador de programa representa o insumo principal para a identificação dos resultados da ação governamental, principalmente por informar os índices alcançados na implementação dos programas do PPA e, deste modo, possibilitar a análise de resultado da ação governamental por meio de procedimento estruturado que captura a percepção do Gerente (auto-avaliação) quanto aos aspectos de concepção e implementação do programa. Assim, o índice desse indicador reflete que o processo tem avançado no sentido de consolidar a construção de uma proposta de gestão orientada para resultados, que compatibilize a transformação e a diversificação em mecanismos indutores da consolidação e fortalecimento do Sistema de Monitoramento e Avaliação do PPA. No quadro a seguir é evidenciado a evolução desse indicador, o que demonstra uma melhoria do índice no período do Plano:

Apuração de Indicadores	2004		2005		2006		2007	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Número total de indicadores apurados	270	42,5%	440	55,1%	505	62,2%	645	78,2%
Programas com todos os indicadores apurados (*)	112	33,7%	158	47,3%	178	53,3%	213	69,6%
Programas com pelo menos um indicador apurado (*)	144	43,4%	190	56,9%	215	64,4%	230	75,2%
Programas sem nenhum indicador apurado (*)	143	43,1%	125	37,4%	80	24,0%	85	27,8%

Fonte: SIGPlan – Módulo Avaliação de Programas – PPA 2004-2007 (Ano Base 2007)

Observação: (*) Programas Finalísticos e de Serviços ao Estado

- Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis: como elemento essencial da função de planejamento, os Gerentes de programa devem entender que a Avaliação necessita se articular de maneira mais eficiente com as funções estratégicas nos órgãos e entidades da administração pública, e para tal, deve estabelecer uma distinção efetiva entre o suporte estratégico, baseado no desenvolvimento e utilização de conceitos e ferramentas de gestão, e o suporte operacional sistêmico relacionado aos serviços de logística, administração de recursos e de execução financeira. E neste sentido, houve a seguinte constatação, por meio dos autos de Acompanhamento do processo de elaboração do Plano Plurianual para 2008/2011, constante do processo TC-029.094/2008-0 (Acórdão n.º 102/2009 - TCU – Plenário):

“Notou-se, ainda, um esforço em aperfeiçoar os conceitos utilizados no Manual de Elaboração dos Programas, usado como instrumento para a construção de um programa e de seus atributos. Verificou-se, por exemplo, que o conceito de indicador passou a ser associado à idéia de desempenho, abrangendo a mensuração de produtos e resultados. Por ocasião da elaboração do PPA 2004/2007 apurou-se que o indicador estava associado exclusivamente à idéia de efetividade, cuja construção em muitos programas atestou-se impraticável. Em que pese a adoção de um conceito mais realista e útil ao acompanhamento do desempenho dos programas, verificou-se a necessidade de existência de um referencial teórico adicional para a elaboração dos indicadores dos programas.”

Indicador 2: nota média atribuída pelos Gerentes de programas ao processo de avaliação do PPA 2004-2007 exercício 2008 (Ano Base 2007).

- a) Utilidade: avaliar o processo de Avaliação do PPA 2004-2007 exercício 2008 (Ano Base 2007), como meio de obter a opinião dos Gerentes de programas com vista a subsidiar a melhoria dos processos associados à gestão do Plano.

- b) Tipo: efetividade.
- c) Fórmula de cálculo: somatório do total das notas atribuídas por aspectos considerados, dividido pela quantidade total de questionários respondidos pelos Gerentes de programas.
- d) Método de aferição: tabulação dos registros de informações no módulo de Avaliação do SIGPlan, realizados pelos Gerentes de programas no momento de execução da Avaliação de programa, lapela Avaliação do Processo, considerando a apuração da média aritmética simples das notas atribuídas (de 0 a 10) aos seguintes aspectos: 1. Capacitação dos gerentes para a avaliação do programa; 2. Orientação do Ministério do Planejamento sobre o processo de avaliação; 3. Clareza do Manual de Avaliação; 4. Conteúdo do Manual de Avaliação; 5. Cronograma do processo de avaliação. 6. Suporte e auxílio da SPI às dúvidas quanto à metodologia; 7. Suporte e auxílio da SPI às dúvidas no roteiro e problemas de sistema; e 8. Melhoria da programação alcançada por meio da avaliação do programa.
- e) Área responsável pelo cálculo e/ou medição: Departamento de Gestão do Plano Plurianual.
- f) Resultado do indicador no exercício: considera-se o período anual, e a referência é do processo de Avaliação Anual do PPA do exercício 2008 (Ano Base 2007) que foi a primeira apuração desse indicador, com uma nota média verificada de 8,0 que foi obtida pela divisão do somatório de notas atribuídas, 2.752, com uma quantidade 344 questionários respondidos, conforme apresentado no quadro a seguir:

Aspectos avaliados do processo de Avaliação de Programas do PPA 2004-2007	Notas										SOM
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
1. Capacitação dos gerentes para a avaliação do programa.	10	5	4	6	36	35	70	101	48	29	344
2. Orientação do Ministério do Planejamento sobre o processo de avaliação.	1	-	4	5	31	33	68	98	58	46	344
3. Clareza do Manual de Avaliação.	1	-	2	2	10	24	65	110	73	57	344
4. Conteúdo do Manual de Avaliação.	1	-	1	1	10	28	58	121	72	52	344
5. Cronograma do processo de avaliação.	1	-	4	7	30	39	78	77	79	29	344
6. Suporte e auxílio da SPI às dúvidas quanto à metodologia.	4	1	2	1	26	23	50	96	81	60	344
7. Suporte e auxílio da SPI às dúvidas no roteiro e problemas de sistema.	2	2	3	2	21	23	56	89	94	52	344
8. Melhoria da programação alcançada por meio da avaliação do programa.	8	-	4	7	25	35	75	103	64	23	344
SOMA	28	8	24	31	189	240	520	795	569	348	2.752

Fonte: SIGPlan – Módulo Avaliação de Programas – PPA 2004-2007 (Ano Base 2007)

- g) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador: a apuração desse indicador teve início no exercício de 2008 e, portanto servido de linha de base para a análise comparativa com os resultados apurados nos exercícios seguintes, de forma a se constituir num elemento de acompanhamento da qualidade do processo, a fim de verificar a sua adequação quanto ao objetivo geral.
- h) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis: como primeiro ano de apuração, e a nota média atribuída foi de 8,0, tem-se a expectativa de realizar a análise comparativa com a apuração do processo de Avaliação do PPA exercício 2009 (Ano Base 2008) para evidenciar possíveis as causas de insucessos.

Além dos indicadores mencionados acima, apresentamos também o indicador instituído por meio da Portaria SE/MP n.º 201, de 11 de abril de 2008, que fixou para a SPI as metas institucionais para fins de pagamento da Gratificação de Desempenho do Ciclo de Gestão (GCG), que apresentaram os seguintes resultados apurados no ano de 2008:

Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos - SPI							
PPA 2008-2011			METAS DE DESEMPENHO INSTITUCIONAL				
PROGRAMA	AÇÃO/PRODUTO/UNIDADE		PRODUTO/META FÍSICA	UNIDADE DE MEDIDA	PREVISTO MAR/AGO 2008	REALIZADO MAR/AGO 2008	Índice de Realização
Gestão do Plano Plurianual e dos Orçamentos da União	Monitoramento, Avaliação e Revisão do Plano Plurianual Produto: Plano revisado Unidade de Medida: Unidade	Elaboração de modelo lógico de programas finalísticos do PPA 2008-2011	Modelo lógico elaborado	Unidade	18	20	111%
	Avaliação de Viabilidade Técnica e Socioeconômica de Projetos Produto: Avaliação realizada Unidade de medida: Unidade	Pareceres emitidos pela SPI em até 60 dias sobre Projetos de Grande Vulto de análise obrigatória recebidos no período da avaliação, desde que em conformidade com a metodologia definida em manual específico.	Parecer emitido pela SPI	% de execução física	80%	79%	98%
	Gestão e Coordenação do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC	Validação ou devolução com justificativa dos cadastros de empreendimentos em execução do PAC, sujeitos à autorização de empenho, recebidos pela SPI com preenchimento dos campos obrigatórios para a liberação de recursos.	Empreendimentos do PAC com cadastro validado	% de execução física	30%	100%	333%

COMENTÁRIOS SOBRE OS INDICADORES DA TABELA:

Monitoramento, Avaliação e Revisão do Plano Plurianual: No Exercício de 2008 foram realizadas 38 oficinas (23 oficinas no primeiro semestre e 15 oficinas no segundo semestre) relativas a programas de 17 Ministérios, com a participação de 387 pessoas. Sendo para efeito de apuração da Meta Institucional, nos termos estabelecidos na Portaria SE/MP nº 201, de 11 de abril de 2008, no primeiro semestre, que abrange o período de março a agosto de 2008, foram elaborados 20 (vinte) Modelos Lógicos de programa finalísticos do PPA 2008-2011. O processo de Modelo Lógico tem contribuído para aperfeiçoar a ação pública na busca de resultados compatíveis com as demandas da sociedade ao aprofundar a análise da ação pública, verificando a relevância da continuidade dos programas; o alcance efetivo de seus objetivos; e, a eficiência e o custo-benefício de sua implementação.

Avaliação de Viabilidade Técnica e Socioeconômica de Projetos: No período compreendido entre março e agosto de 2008 foram recebidos pela SPI/MP 14 (quatorze) estudos de viabilidade de projetos de grande vulto, dos quais 11 (onze) foram analisados e tiveram pareceres concluídos para a manifestação da CMA no prazo de 60 dias. Sendo assim, a meta de desempenho institucional referente à avaliação de viabilidade técnica e socioeconômica de projetos de grande vulto alcançaram 79% - 1% abaixo da meta prevista de 80%. Dos projetos recebidos, seis foram do Ministério da Defesa, cinco do Ministério dos Transportes e três do Ministério da Integração Nacional.

Gestão e Coordenação do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC: No período avaliado, a SPI/MP recebeu para análise e processamento 2.611 cadastros de empreendimentos do Programa de Aceleração do Crescimento, dos quais 2.571 foram validados e 34 foram devolvidos, restando 6 cadastros pendentes de validação. Esse procedimento habilita o empreendimento do PAC a solicitar no SISPAC a autorização de empenho para sua execução.

2.4.1 – Evolução de Gastos Gerais

Os gastos gerais da Unidade são de responsabilidade da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA / MP, os quais acreditamos tenham sido informados no respectivo relatório de gestão. Entendemos que não há despesa específica sobre esses itens para a SPI, pois são contratos que servem ao Ministério como um todo. No que diz respeito às diárias e passagens, a SPOA / MP também gerencia o Setor de Viagens, sendo a Unidade mais qualificada para responder sobre o assunto. Quanto ao Suprimento de Fundos / Cartão de Crédito Corporativo, esta SPI não efetuou tais despesas em 2008.

3. Reconhecimento de Passivos por insuficiência de créditos ou recursos.

Não se aplica.

4. Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.

ANO DE INSCRIÇÃO	RP PROCESSADOS				RP NÃO PROCESSADOS			
	INSCRITOS	CANC.	PAGOS (²)	A PAGAR	INSCRITOS	CANC.	PAGOS (²)	A PAGAR (¹)
2006	824,95	0,00	824,95	0,00	3.148.063,76	36.211,67	3.111.852,09	0,00
2007	817,17	0,00	817,17	0,00	2.992.298,08	131.975,27	1.945.935,11	914.387,70
2008	0,00	0,00	0,00	0,00	1.234.990,53	0,00	0,00	1.234.990,53
TOTAL	1.642,12	0,00	1.642,12	0,00	7.375.352,37	168.186,94	5.057.787,20	2.149.378,23

OBSERVAÇÕES:

(1) O VALOR A PAGAR NO EXERCÍCIO DE 2007 FOI REINSCRITO.

(2) OS RESTOS A PAGAR PAGOS ESTÃO EVIDENCIADOS NO PRÓPRIO EXERCÍCIO DE INSCRIÇÃO.

Os restos a pagar reinscritos em 2008, no valor de R\$ 914.387,70, referem-se à execução da ação 110K - Desenvolvimento do Novo Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento e do SISPAC. Em 2008, dos 1.084.642,00 inscritos em restos a pagar em 2007, apenas R\$ 170.254,00 foram efetivamente pagos. Esclarece-se que as atividades relacionadas ao SISPAC são executadas mediante um contrato de prestação de serviços com o SERPRO, sendo os respectivos pagamentos efetivados de acordo com a entrega dos produtos pelo SERPRO ao MP. Embora o SERPRO tenha trabalhado em cima do módulo Monitoramento, os pagamentos não foram efetivados, haja vista que os produtos entregues ainda não estavam em

conformidade com os produtos encomendados.

5. Demonstrativo de Transferências (recebidas e realizadas) no Exercício.

Tipo *	Código Siafi/Siasg	Identificação do Termo Inicial ou de Aditivos (nº do processo e do termo, data assinatura, vigência etc)	Objeto da avença	Data de publicação no DOU	Valor total pactuado	Valor total recebido ou transferido no exercício de 2008	Contrapartida	Beneficiário (Razão social e CNPJ)	Situação da avença (alcance de objetivos e metas, prestação de contas, sindicância, TCE S/N?) **
3	Num CV / CR / TP: 201013602 00800001 Empenho 2008NE90 1199	Nº do processo: 033000005012008 65 Data de assinatura: 01/07/2008 Vigência: 01/07/2008 a 22/06/2010	Fomento à implementação de ações de cooperação na área de políticas públicas	03/07/2008	R\$ 281.000,00	Em 03/07/08: R\$ 124.102,68	Realização de cursos de capacitação, oficinas e desenvolvimento de apostilas	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – CEPAL Nações Unidas CNPJ: 03.655.290/0001-08	Das 10 atividades previstas para a CEPAL, 6 (seis) foram concluídas em 2008.

* A transferência se refere ao Termo de Cooperação Técnica nº 01/2008, firmado entre o MP (SPI) e a CEPAL. O valor repassado, de R\$ 124.102,68, teve como objeto a realização dos cursos de capacitação em avaliação de projetos de grande vulto, conforme detalhado no item 2.3.2, ao tratar da ação 2A39 - Avaliação Específica de Programas e Projetos de Grande Vulto.

6. Previdência Complementar Patrocinada.

Não se aplica.

7. Fluxo Financeiro de Projetos ou Programas Financiados com recursos Externos.

As informações sobre este item referem-se apenas ao PROGER.

Tabela 4 - Recursos vinculados a financiamento externo e/ou cooperação Técnica internacional utilizados na execução da ação.

Valores em US\$ -

Discriminação	Custo Total*	Empréstimo Contratado (Fonte 148)	Contrapartida Nacional (Fonte 1100)	Valor das transferências de recursos			Em caso de não se ter atingido a conclusão total ou de etapa	
				Motivo	Valor no ano	Valor acumulado no projeto	Motivos que impediram ou inviabilizaram	Providências adotadas para correção
4604-BR Projeto de Fortalecimento do Gerenciamento Fiscal e Financeiro -	1.220.804,01	1.042.500,00	178.304,41	Amortização**	890.000,00	1.780.000,00	Em 2008 os resultados do projeto foram satisfatórios, apesar dos atrasos e cancelamento	As atividades serão concluídas em 2008
				Juros**	125.815,44	504.815,44		

PROGER - Componente PPA-Contrato BIRD				Comissão**	12.475,01	107.313,59	s em algumas atividades previstas no subcomponen te Avaliação.
--	--	--	--	------------	-----------	------------	--

* O custo total (empréstimo + contrapartida nacional), diz respeito aos valores relativos aos ingressos orçados apenas para o Componente "PPA" do PROGER (ao encargo do MP), não incluindo, desse modo, os ingressos referentes aos demais componentes, que estão ao encargo do Ministério da Fazenda.

**Os valores referentes às transferências de recursos não se encontram separados por componente, referindo-se à amortização, juros e comissões de todos os componentes do PROGER, inclusive os que estão ao encargo do Ministério da Fazenda

8. Renúncia Tributária

Não se aplica.

9. Declaração sobre a Regularidade dos beneficiários diretos de renúncia.

Não se aplica.

10. Operação de Fundos.

Não se aplica.

11. Despesas com Cartão de Crédito.

A SPI/MP não realizou este tipo de despesa em 2008.

12. Recomendações do Órgão ou Unidade de Controle Interno.

A Controladoria Geral da União estava monitorando a SPI quanto às providências referentes à Recomendação do TCU descrita no item abaixo.

13. Determinações e Recomendações do TCU.

Nº da Decisão ou Acórdão: Esta Recomendação do TCU diz respeito ao item III, b, constante do Aviso nº 720 – GP / TCU, de 14 de julho de 2008.

Este Aviso comunicou o Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão sobre algumas recomendações resultantes da Sessão Extraordinária do Plenário de 24/6/2008, quando da apreciação do Relatório e Parecer Prévio sobre as Contas do Governo da República – exercício 2007.

Descrição da Recomendação: a recomendação abaixo é a que diz respeito à SPI.

“(…)

III. Ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão que:

b) adote as providências cabíveis, inclusive junto aos Órgãos Setoriais de planejamento e

orçamento, no sentido de reduzir o volume de inconsistências entre as informações de execução orçamentária e física verificada nos registros do SIGPlan, bem assim fazer inserir no SIGPlan todas as informações relativas aos indicadores de programa:

(...)"

Setor Responsável pela Implementação:

Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos / Departamento de Gestão do Plano Plurianual.

Providências Adotadas (ou justificativas para o caso de não cumprimento):

Abaixo, reproduzimos o Teor da Nota Técnica nº 34 /SPI / MP, de 25 de março de 2009, que trata do assunto:

“1. O Tribunal de Contas da União (TCU), por meio do Aviso nº 720-GP/TCU, de 14 de julho de 2008, recomendou ao MP que fossem adotadas providências para reduzir o volume de inconsistências entre as informações de execução orçamentária e física verificadas nos registros do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan), bem como fazer inserir nesse Sistema todas as informações relativas aos indicadores de programas.

2. A SPI, por meio da Nota Técnica nº 157, informou as ações que foram empreendidas para o atendimento das recomendações do Tribunal, bem como as informações disponíveis até o momento.

3. Em reunião na Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI/MP), realizada no dia 19 de março de 2009, a Controladoria-Geral da União (CGU) apontou necessidades adicionais de informação relacionadas à atualização dos dados disponíveis a partir do encerramento do exercício de 2008 para a elaboração do Parecer Prévio das Contas do Presidente da República (PCPR).

4. De acordo com a Lei nº 11.653, de 7 de abril de 2008, que trata do Plano Plurianual para o período 2008-2011, as regras para o registro de dados no módulo de monitoramento do SIGPlan são as seguintes (grifos nossos):

“Art. 17. O Poder Executivo instituirá o Sistema de Monitoramento e Avaliação do Plano Plurianual 2008-2011, sob a coordenação do Órgão Central do Sistema de Planejamento e Orçamento Federal, competindo-lhe definir diretrizes e orientações técnicas para seu funcionamento.

Art. 18. Os Órgãos do Poder Executivo responsáveis por programas, nos termos do Anexo III desta Lei, deverão manter atualizadas, durante cada exercício financeiro, na forma estabelecida pelo Órgão Central do Sistema de Planejamento e Orçamento Federal, as informações referentes à execução física das ações orçamentárias e à execução física e financeira das ações não-orçamentárias constantes dos programas sob sua responsabilidade.

§ 1o Para efeito de subsídio aos processos de tomada e prestação de contas, os registros no sistema de informações gerenciais e de planejamento serão encerrados até 15 de fevereiro do exercício subsequente ao da execução;

§ 2o Aplica-se aos órgãos dos Poderes Legislativo, Judiciário e o Ministério Público da União, responsáveis por programas, o disposto no caput e no §1o deste artigo.”

5. Considerando-se, portanto, o prazo legal para o encerramento do preenchimento do SIGPlan, não era possível informar, no momento da expedição da Nota Técnica nº 157/DGPP/SPI/MP, de 19/11/2008, os dados relativos ao exercício 2008.

6. Dessa forma, o quadro a seguir demonstra o percentual de preenchimento da execução física atualizado referente ao exercício de 2008:

Percentual de Preenchimento de Metas Físicas

	2004	2005	2006	2007	2008
Preenchimento Físico	59,83%	68,25%	82,74%	90,36	80,80%

Fonte: SIGPlan

Nota: Relação percentual entre os localizadores com execução financeira e os localizadores com registro de execução física.

7. Em relação aos indicadores de programa, sua apuração está representada no quadro a seguir:

Apuração de Indicadores

Apuração de Indicadores	2004		2005		2006		2007		2008	
Número total de indicadores apurados	270	42,50%	440	55,10%	505	62,20%	645	78,20%	224	28,70%
Programas com todos os indicadores apurados (*)	112	33,70%	158	47,30%	178	53,30%	213	69,60%	51	22,80%
Programas com pelo menos um indicador apurado (*)	144	43,40%	190	56,90%	215	64,40%	230	75,20%	69	30,80%

Fonte: SIGPlan

Nota: (*) Programas Finalísticos e de Serviços ao Estado

8. É importante destacar que os dados referentes ao exercício de 2008 são parciais. Será necessário aguardar o término do Processo de Avaliação Anual do PPA, referente ao exercício de 2008, quando será possível atualizar os índices dos indicadores. Somente após essa etapa da Avaliação do Plano Plurianual, prevista para o final de maio, será possível obter com precisão essa informação.

9. A Lei nº 11.653 autoriza o poder executivo a alterar os indicadores de programas no termos do Art. 16 (grifos nossos):

“Art. 16. O Poder Executivo fica autorizado a:

I - alterar o órgão responsável por programas e ações;

II - alterar os indicadores dos programas e seus respectivos índices;”

10. Em referência à ressalva constante do Aviso nº 720-GP/TCU, de 14 de julho de 2008, para que fossem adotadas providências para reduzir o volume de inconsistências entre as informações de execução orçamentária e física verificadas nos registros do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan), a Nota Técnica nº 157/DGPP/SPI/MP, de 19/11/2008, listou os esforços realizados no âmbito da SPI no sentido de reduzir tais inconsistências, em especial:

- (1) O aperfeiçoamento das orientações técnicas disponíveis em meio eletrônico para todos os participantes dos processos de elaboração e gestão das leis orçamentárias anuais, onde são estabelecidas as metas físicas e financeiras posteriormente acompanhadas por meio do Sistema de Informações Gerenciais do Planejamento – SIGPLAN;
- (2) A capacitação dos servidores públicos federais envolvidos no processo de elaboração e gestão das leis orçamentárias anuais e dos planos plurianuais, por meio do curso “Ciclo Básico de Gestão do Plano Plurianual”, ofertado no catálogo de cursos da Escola Nacional de Administração Pública – ENAP, e pela oferta de oficinas na Semana de Administração Orçamentária, Financeira e de Contratações Públicas Federais, organizada pela Escola de Administração Fazendária – ESAF;
- (3) Os aprimoramentos introduzidos no modelo de gestão do Plano Plurianual 2008-2011, em especial o fortalecimento do papel dos Secretários-Executivos, buscando promover um engajamento maior do nível decisório estratégico na gestão dos programas. Além disso, a criação da figura do “coordenador-executivo de ação”, que tem a atribuição de apoio o coordenador de ação, em especial nas questões relativas à operacionalização do sistema, concorre para a redução das inconsistências decorrentes de dificuldades de operação do mesmo;
- (4) A realização das oficinas de modelo lógico para os programas dos planos plurianuais, que ao valorizar o programa como um instrumento de organização da ação governamental e envolver as equipes executoras contribui para um melhor acompanhamento dos mesmos;
- (5) A criação da Comissão de Monitoramento e Avaliação, com duas câmaras técnicas – Câmara Técnica de Monitoramento e Avaliação e Câmara Técnica de Projetos de Grande Vulto – com o objetivo, entre outros, de desenvolver e

disseminar novas metodologias de monitoramento e avaliação.

11. *É preciso explicitar que iniciativas como a criação da CMA colocam em perspectiva justamente o aperfeiçoamento dos instrumentos de monitoramento por meio da consolidação de um Sistema de Monitoramento e Avaliação, no qual a articulação entre os órgãos centrais e os órgãos setoriais será o canal que viabilizará o melhor conhecimento e internalização das diversas formas de implementação dos programas, sendo este um dos elementos fundamentais para o tratamento das referidas inconsistências entre as informações de execução orçamentária e física.*

12. *Ademais, faz-se necessário destacar que os esforços listados anteriormente estão alinhados com a Lei nº 11.653, de 2008, que dispõe sobre o Plano Plurianual 2008/2011, sendo que a mesma estabelece que cabe ao órgão central do Sistema de Planejamento e Orçamento Federal a formulação de diretrizes e as orientações técnicas para o Sistema de Monitoramento e Avaliação do Plano Plurianual 2008-2011. As possibilidades de intervenção do MP estão no campo da normatização e da orientação técnica, âmbitos em que o MP, através da SPI, tem atuado com todo o empenho possível”.*

14. Atos de Admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício.

Esta resposta deve constar do Relatório que abrange a Gestão da Coordenação – Geral de Gestão de Pessoas – COGEP / SPOA / MP, Unidade responsável pela realização dos atos acima.

15. Dispensas de Instauração de TCE e TCE cujo envio ao TCU foi dispensado.

Não se aplica.

16. Informações sobre a Composição de Recursos Humanos.

DESCRIÇÃO	QTDE	DESPESA	QTDE	DESPESA	QTDE	DESPESA
Servidores Ativos do quadro próprio em exercício na Unidade	108	12.174.104,83	111	14.358.282,81	112	17.278.606,57
Funcionários Contratados – CLT em exercício na Unidade	0	0	0	0	0	0
Total Pessoal Próprio	108	12.174.104,83	111	14.358.282,81	112	17.278.606,57

(*) Número de 2008 engloba 35 Analistas de Planejamento e Orçamento lotados na SPI mas em atividade nos Órgãos Setoriais.

DESCRIÇÃO	2006		2007		2008	
	QTDE	DESPESA	QTDE	DESPESA	QTDE	DESPESA
Ocupantes de Função de Confiança, sem vínculo	0	0	1	18.294,86	1	21.267,90

DESCRIÇÃO	2006		2007		2008	
	QTDE	DESPESA	QTDE	DESPESA	QTDE	DESPESA
Contratações Temporárias (Lei nº 8.745/1993)	0	0	0	0	0	0

DESCRIÇÃO	2006		2007		2008	
	QTDE	DESPESA	QTDE	DESPESA	QTDE	DESPESA
Pessoal Terceirizado Vigilância/Limpeza						
Pessoal Terceirizado Apoio Administrativo					9	
Pessoal Terceirizado Outras atividades					6	
Estagiários	0		1	4.464,71	3	19.388,14
Total Pessoal Terc + Estagiário					18	

* Esta Unidade não dispõe de dados financeiros sobre terceirizados, pois os Contratos são administrados pela SPOA/SE/ MP

DESCRIÇÃO	2006		2007		2008	
	QTDE	DESPESA	QTDE	DESPESA	QTDE	DESPESA
Pessoal Requisitado em Exercício na Unidade, com ônus	10	212.428,22	9	234.629,99	9	267.939,48
Pessoal Requisitado em Exercício na Unidade, sem ônus	10	220.565,36	10	260.240,53	9	243.221,94
Total Pessoal Requisitado, em exercício na Unidade	20	432.993,58	19	494.870,52	18	511.161,42

DESCRIÇÃO	2006		2007		2008	
	QTDE	DESPESA	QTDE	DESPESA	QTDE	DESPESA
Pessoal Cedido pela Unidade, com ônus	0	0	0	0	0	0
Pessoal Cedido pela Unidade, sem ônus	18	2.221.461,28	22	2.967.623,81	24	3.861.887,93
Total Pessoal Cedido pela Unidade	18	2.221.461,28	22	2.967.623,81	24	3.861.887,93

DESCRIÇÃO	2008	
	QTDE	DESPESA
Pessoal envolvido em ações finalísticas da unidade*	119	
Pessoal envolvido em ações de suporte da unidade**	30	
Total Geral	149	

* Estes números, fornecidos pela SPOA / SE/ MP, englobam 35 Analistas de Planejamento e Orçamento lotados na SPI que estão desenvolvendo suas atividades (exercício descentralizado) nos diversos Ministérios.

** Nas atividades de suporte estamos considerando apoio administrativo, secretárias, copeiras, garçons, contínuos etc.